

# Direito previdenciário.PDF

Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005, gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres representadas na AMB.

## Direito previdenciário para donas de casa *versus* universalidade da proteção social no Brasil\*

Lena Lavinas\*\*

Com a colaboração de Marcelo Nicoll\*\*\*

\*Esse artigo é um produto do projeto *Proteção Social e Previdência: Justiça Redistributiva, Sustentabilidade e Direitos das Mulheres*, financiado pela NOVIB, em convênio com a FASE.

\*\* Doutora em Economia, professora-adjunta do Instituto de Economia da UFRJ.

\*\*\* Economista, formado pelo Instituto de Economia da UFRJ.

Aguarda inclusão na pauta da Câmara dos Deputados o projeto de emenda constitucional da deputada federal Luci Choinaski (PT-SC), que propõe a criação de uma aposentadoria para donas de casa a partir dos 60 anos, no valor de um salário mínimo mensal, independente de contribuição prévia. Não se trata, no entanto, de contemplar todas as mulheres, sem exceção, reconhecendo assim e definitivamente a labuta cotidiana do trabalho doméstico como fardo imposto às mulheres em decorrência da divisão social e sexual do trabalho, historicamente responsável pela nada aprazível *condição feminina* e pelas assimetrias de gênero. De fato, tal proposta visa beneficiar exclusivamente as mulheres mais pobres, capazes de comprovar grau agudo de destituição, aquelas vivendo em famílias cuja renda mensal, ao ser totalizada, fosse inferior a dois salários mínimos.

A PEC 385 tem registrado avanços significativos no campo político desde 2001, mas nem por isso venceu a polêmica que sói acompanhar o resgate de direitos sociais e econômicos estruturantes da matriz dos sistemas de proteção social, campo esse, vale lembrar, asfixiado há alguns anos pelo garrote da estabilização monetária. Apesar de ter suscitado uma intensa mobilização nos setores organizados da sociedade brasileira nos últimos dois anos, tal proposta não é consensual entre feministas ou mesmo no movimento de mulheres. Majoritária, é, sem dúvida. Obteve, de fato, adesões importantes e em grande escala, como atesta a lista de ONGs que a subscreveram desde seu lançamento<sup>2</sup>. Até mesmo o então ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, manifestou-se em público favoravelmente ao projeto, muito embora a reforma da vez

1 Em maio de 2003, a relatoria da Comissão de Constituição e Justiça de Redação (CCJR) reconheceu a admissibilidade da PEC 385.

2 Consultar a este respeito os documentos relativos à circulação da PEC.

**Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005,** gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres representadas na AMB.

siga deixando sem cobertura previdenciária um contingente de dezenas de milhões de trabalhadores informais de ambos os sexos.

A lebre que levanta a declaração do ex-ministro é a de que pequenas concessões, de grande impacto junto à opinião pública, teriam possivelmente incidência relativamente marginal nas contas públicas, face ao passivo que bate à porta. Vejamos. Cresce, sabemos, a turma da Terceira Idade, estimada, segundo os dados da PNAD 2003, em 16,7 milhões<sup>3</sup>, equivalente a quase 10% da população brasileira. Na verdade, não se trata de um contingente tão grande assim no presente, que coloque em xeque a viabilidade financeira do sistema de repartição previdenciário, fundado na solidariedade intergeracional. O gargalo da previdência no Brasil é a informalidade. Destes 16,7 milhões, 56% são mulheres (ou 9,3 milhões), contra 4 milhões em 1981. Dentre estas, um pouco mais da metade recebe aposentadorias (logo, contribuíram de alguma forma e por algum tempo ao longo da sua vida produtiva) e 76,2% são contempladas com aposentadorias ou pensões, conforme indica a tabela 1.

#### **Tabela 1**

##### **Perfil dos Idosos**

**1981**

**2001**

**2003**

##### **Total de Idosos**

**7.713.900**

**14.838.820**

**16.732.547**

##### **% de Idosos na População**

6,4%

9,0%

9,6%

##### **Idosos Ativos**

26,6%

30,5%

31,0%

##### **Idosos Ocupados**

26,4%

29,6%

30,3%

##### **Idosos Inativos**

73,4%

69,5%

62,6%

##### **Idosos com Aposentadoria**

52,3%

65,5%

66,1%

***Idosos com Aposentadoria ou Pensão***

59,8%

77,5%

78,0%

***Total de Mulheres Idosas***

**4.057.035**

**8.283.485**

**9.361.460**

***% de Mulheres Idosas na População Feminina***

6,7%

9,8%

10,5%

***Idosas Ativas***

9,9%

18,8%

21,7%

***Idosas Ocupadas***

9,9%

18,4%

21,1%

***Idosas Inativas***

90,1%

81,2%

78,3%

***Idosas com Aposentadoria***

39,9%

54,9%

55,7%

***Idosas com Aposentadoria ou Pensão***

53,3%

75,7%

76,2%

Fonte: PNAD/IBGE, 1981, 2001 e 2003.

Nota: Excluídos aqueles sem declaração de condição de atividade.

A tabela 1 revela ainda que 175 das mulheres com mais de 60 anos mantêm-se ocupadas em 2003, e que a taxa de inatividade nesse grupo é decrescente nos últimos 25 anos (tendência, aliás, também verificada no agregado que contempla ambos os sexos, parte superior da tabela).

3 População com sessenta anos ou mais.

2

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

---

**Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005,**  
gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres representadas na AMB.

Portanto, restam, antes do corte de renda e da condição de atividade, algo como 24% do universo de idosas, ou 2,4 milhões de mulheres, sem cobertura previdenciária, conforme consta da tabela 2. Essa mesma tabela demonstra que, em se tratando dos homens, a proporção de idosos sem cobertura previdenciária (aposentadoria ou pensão) não destoa muito da feminina, sendo da ordem de 20% (o que representa em números absolutos 1,4 milhão de indivíduos). Isso se deve muito provavelmente a uma longa trajetória de informalidade na fase ativa do ciclo de vida, ao passo que, no caso das mulheres, mesclam-se duas condições de atividade distintas ? informalidade e inatividade no lar.

Resumidamente, temos um quadro de vulnerabilidade econômica em que homens e mulheres idosos sem direito a benefício previdenciário somam perto de 3,7 milhões, volume esse que só tende a aumentar, por razões demográficas e também pelas características estruturais do mercado de trabalho nas últimas décadas, em que a informalidade não dá sinais de ceder. A título de ilustração, vale lembrar que segundo a PNAD 2003, a taxa de informalidade<sup>4</sup> alcança 46% em média, sendo de 48% para os homens e 42% para as mulheres.

**Tabela 2**  
**População Idosa**  
**Segundo Recebimento de Aposentadoria ou Pensão**  
**2003**

*Masculino*

*Feminino*

*Total*

*Total de Idosos*

**7.371.087**

**9.361.460**

**16.732.547**

*Com Aposentadoria*

79%

56%

66%

*Com Pensão*

2%

31%

18%

*Com Aposentadoria e Pensão*

2%

10%

6%

*Com Aposentadoria ou Pensão*

80%

76%

78%

*Sem Aposentadoria ou Pensão*

20%

24%

22%

Fonte: PNAD/IBGE, 2003.

Se fôssemos computar agora quantas mulheres com idade igual ou superior a 60 anos vivem em famílias com menos de dois salários mínimos mensais e se declaram inativas (do lar), portanto sem direito à aposentadoria, o número cairia para 1,15 milhões. Pode-se concluir que esse seria, em tese, o universo de mulheres a serem imediatamente beneficiadas pela proposta de Aposentadoria para Donas de Casa. Se aplicássemos a esse mesmo perfil de mulheres a linha de indigência<sup>5</sup>, que habilita pessoas com mais de 65 anos e portadores de deficiência a receber o Benefício

4 Aqui calculada para os ocupados na faixa etária 16 < 65 anos, somando assalariados sem carteira e autônomos ou conta-própria.

5 Essa linha de pobreza instituída por lei que só podem habilitar-se a receber o BPC o público-alvo potencial que vive em famílias cuja renda familiar *per capita* mensal é inferior a 1/4 do salário mínimo.

3

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

-----

---

**Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005,**  
gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres representadas na AMB.

de Prestação Continuada (BPC), direito constitucional a amparar com uma renda mínima mensal de um salário mínimo cerca de 2,1 milhões de cidadãos carentes<sup>6</sup>, o número potencial de beneficiárias seria reduzido para 116,6 mil apenas. É difícil imaginar que se possam instituir novas linhas de pobreza e indigência, quando a prática alerta para a sua derivação automática do que é praxe, de modo a evitar mais desigualdade, afetando em especial os mais desiguais.

A tabela 3 abaixo dá uma boa idéia de como é elástica a eleição dos mais pobres dentre os pobres, tornando qualquer escolha antes de mais nada um jogo político. Até porque, quando o contingente a ser beneficiado não é relativamente pequeno, de rápida e fácil identificação e acesso, aumentam os *trade-offs* e a ineficiência para sua seleção. Para realizar tal exercício, estimamos quatro linhas de pobreza: a L1 mede o percentual de pessoas cuja renda familiar *per capita* mensal é igual ou menor que 1/4 do salário mínimo (essa seria uma linha de indigência); a L2 toma como linha demarcatória 1/2 salário mínimo *per capita*; a L3 procede como faz a União Européia, tomando uma linha de pobreza relativa e não absoluta (como nos dois exercícios anteriores) ? considera, assim, como pobres aqueles cuja renda familiar *per capita* mensal é igual ou inferior a 40% do valor da renda mediana do conjunto da população. Finalmente, a L4 aplica os preceitos da PEC 385 e calcula quantas seriam as pessoas vivendo em famílias cuja renda familiar total é igual ou menor que dois salários mínimos.

Da mesma forma, resolvemos desagregar por faixas etárias e por sexo tais

percentuais, para trazer mais nitidez acerca dos grupos mais vulneráveis em termos de déficits de renda. No anexo I, encontram-se os valores absolutos de cada faixa etária, relativos ao conjunto da população.

Por fim, registre-se que ignoramos nessa estimativa preliminar a condição de inatividade ou atividade, por considerar que todas as mulheres, independentemente da sua faixa de renda, são donas de casa, já que nenhuma escapa à subalternidade das relações de gênero e à condição feminina, com todas as suas implicações ? e não são poucas, nem boas. Contemplar com uma aposentadoria as donas de casa da jornada única, quando há mulheres ? notadamente as chefes de família ? que acumulam duas ou três jornadas, equivaleria a discriminar negativamente e punir aquelas que buscam romper e transformar, com coragem e sucesso, o destino histórico do ser mulher.

6 Dados do INSS, home page [www.inss.gov.br?docs?11.pdf](http://www.inss.gov.br?docs?11.pdf).

4

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

---

---

**Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005,**  
gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres representadas na AMB.

**Tabela 3**  
**Percentual de Pessoas Abaixo da Linha de Pobreza**  
**Segundo Sexo e Faixa Etária - 2003**

**Linha 1**

**Linha 2**

**Linha 3**

**Linha 4**

**Masculino**

**Feminino**

**Total**

**Masculino**

**Feminino**

**Total**

**Masculino**

**Feminino**

**Total**

**Masculino**

**Feminino**

**Total**

**menos de 16 anos**

54%

47%

50%

47%

42%

44%

52%

46%

49%

41%

35%

38%

**de 16 a menos de 60 anos**

45%

52%

49%

50%

54%

52%

46%

52%

49%

51%

55%

53%

**de 16 anos a menos de 65**

46%

53%

49%

51%

56%

54%

47%

53%

50%

54%

58%

56%

**60 anos e mais**

2%

1%

2%

4%

4%

4%

2%

2%

2%

8%

10%

9%

**65 anos e mais**

1%

1%

1%

2%

2%

2%

1%

1%

1%

5%

7%

6%

**Todas as Idades**

**12.757.892**

**13.882.097 26.639.989**

**28.374.281**

**30.080.213**

**58.454.494**

**16.566.535**

**17.793.036**

**34.359.571**

**29.489.950**

**32.906.623**

**62.396.573**

Fonte: PNAD/IBGE, 2003.

Como se pode observar, em função da linha de pobreza selecionada, pode variar e muito o número de pessoas a ser contemplado. Os pobres podem ser 62,3 milhões (L4) ou 26,6 milhões (L1).

Tal variação é particularmente verdadeira com relação à Terceira Idade. No caso dos *seniors* com idade acima dos 60 anos, por exemplo, a proporção aumenta bastante com a escolha da linha dos dois salários mínimos de renda familiar. Passa, assim, em se tratando das mulheres, de 1% (L1) para 10% (L4), ainda que não considerado o filtro da inatividade. Interessante constatar que, se tomarmos o parâmetro relativo (L3), vemos que homens e mulheres com mais de 60 anos encontram-se exatamente na mesma situação, totalizando 2% da população-alvo potencial (desconsiderada a inatividade).

No outro extremo, vemos que, com o uso da L4, diminui sensivelmente o percentual de crianças pobres vis a vis as demais linhas, em razão de o cálculo não ser *per capita*, o que acaba por ocultar a distribuição interna às famílias. Ora, sabemos que na cauda da distribuição de renda os menores de 16 anos são maioria. Metade dos 10% ou 20% mais pobres são crianças<sup>7</sup>, bem mais desprotegidas do que adultos de um ou outro sexo.

Se a aritmética é simples, nem por isso simplifica-se a escolha do que deve ser feito. Com facilidade, multiplica-se ou divide-se por 10 o público-alvo da aposentadoria para mulheres donas de casa com mais de sessenta anos. Ou ignora-se que o sexo oposto é igualmente desprotegido e vulnerável na fase de inatividade. A magnitude das possibilidades é exatamente essa, e só faz revelar o desafio em pauta. Onde deve passar a linha divisória que separa as donas de casa que merecem reconhecimento ?explícito da sociedade à função que desempenhamos durante toda a vida como trabalhadoras? 8 daquelas que realizam diariamente as mesmas tarefas, repetitivas e muitas vezes penosas, com a mesma dedicação e eficácia, mas detentoras de condições de vida quiçá um pouco melhores ou, ao contrário, ainda mais exigentes e desgastantes (dupla e tripla jornadas)?

7 Ver a este respeito Lavinias Lena (2004), Universalizando Direitos, in *Observatório da Cidadania, Relatório 2004, Medos e Privatizações. Obstáculos à Segurança Humana*, Rio de Janeiro: IBASE.



8 Citado no abaixo-assinado dirigido ao Presidente da República, que circula na Internet para coleta de assinaturas em prol da Campanha Nacional pelo Direito à Aposentadoria das Donas de Casa.

5

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

---

---

**Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005,**  
gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres representadas na AMB.

### **A focalização nas mulheres pobres ou o não-direito**

Ao tema do envelhecimento da população e do não-reconhecimento do trabalho doméstico, absolutamente legítimos, soma-se outro que, desde meados da década passada, é-nos repisado como dos mais prementes e pertinentes, o fenômeno da feminização da pobreza ? as mulheres sendo as mais pobres dentre os pobres, as mais vulneráveis e as mais desprotegidas deveriam ser aquelas prioritárias no âmbito dos sistemas de proteção social que se tornam a cada dia mais deficitários, debilitados e deficientes. Algumas instituições multilaterais, lideradas pelo Banco Mundial, tomaram a linha de frente nesse debate, que acabou por banalizar uma idéia absolutamente equivocada: a de que o acúmulo de desvantagens sócio-econômicas, somadas às de sexo e de raça, jogaria na base da estrutura social as mulheres, hierarquizando-as a partir da cor e da condição social. Estudos<sup>9</sup> existem comprovando que não é bem assim que as coisas acontecem, apesar da popularidade do refrão que cunhou uma categoria imbatível em matéria de desvantagens acumuladas, a da ?mulher, negra, pobre e favelada?.

Constata-se, assim, que a PEC 385 engrossa o cordão do que é tradição de longa data no país e alimento das nossas desigualdades: ela pressupõe estender mecanismos de proteção social jamais universalizados a grupos de pressão, que montam estratégias exitosas (!) para fazer valer direitos específicos, quase privilégios, reforçando, em consequência, o perfil corporativo da seguridade social. Reza a Constituição que o direito à aposentadoria é de cunho contributivo, ao contrário da saúde, que seria em teoria de acesso universal e livre de condicionalidades. Isso poderia sugerir ser a PEC 385 quase revolucionária, pois ao alterar a Constituição, remodelando convenções e regras já estabelecidas, estaria criando uma jurisprudência capaz de promover mudanças ainda mais profundas e radicalmente democráticas na institucionalidade do nosso sistema de proteção social.

Aí reside nossa dúvida. Em um país incapaz de universalizar direitos, em particular direitos econômicos e sociais, a melhor estratégia para estender a cidadania continuaria sendo a de garantir a setores específicos, circunscritos a grupos desfavorecidos, como o das mulheres ? ou dos negros, ou dos índios, ou dos portadores de deficiência ? compensações residuais negadas a tantos outros em igualdade de (más) condições, em nome da dominação patriarcal ?

Após 30 anos de lutas feministas, cujo *début* se deu na denúncia de uma universalidade enganosa, pois excluía ?a metade do céu?, não fomos ainda capazes, nós mulheres, de reconstruir uma totalidade que dê conta não apenas de uma pequena parte de nós mesmas, mas de todas as relações que forjam nossa condição de mulher, e que

são inerentes à universalização dos direitos. Começamos a desbravar caminhos

9 Ver, por exemplo, Lavinias L. (1996). As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. In *Revista Estudos Feministas* n. 2, 1996, p. 464-479.

6

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

---

---

**Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005,**  
gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres  
representadas na AMB.

destacando a especificidade da nossa condição forjada nas interseções do público-privado, enunciando nosso não-lugar no âmbito das relações de classe. Mas a direção tomada apontava inicialmente para a reconstrução do todo social, o que parecia possível no plano conceitual e metodológico, político e intelectual, a partir da categoria gênero, categoria incontornavelmente relacional e holística.

O curto-circuito interfere na virada dos 80 para os 90. Nessa ocasião, ganha terreno o argumento da focalização das políticas públicas em nome da luta contra o desperdício e da austeridade fiscal, em prol de maior eficiência, levando a cortes e maior controle dos recursos crescentemente escassos. Não se fala mais em proteção social, senão em gestão social do risco<sup>10</sup>, restrita evidentemente àqueles em situação de altíssima vulnerabilidade. Os programas de transferência de *safety nets* ou renda mínima de subsistência tornam-se a quase moeda única da política social. E beneficiam apenas os que podem comprovar sua extrema pobreza. Isso provoca uma forte retração do Estado na esfera da reprodução, reduz o campo dos direitos e fortalece contratendências de privatização dos serviços públicos e de terceirização de boa parte deles via parcerias com ONGs, inclusive as voltadas para questões como a violência doméstica, a feminização da pobreza e os direitos reprodutivos. A categoria gênero perde centralidade e passa a ser sinônimo de ?mulher? ou ?feminino?, retirando-se o foco da complexidade das relações sociais para dar destaque a demandas corporativadas porque restritas a grupos ou clientelas específicas.

Embora tal dinâmica tenha se alastrado para além das frentes de luta das mulheres, defronta-se com formulações novas e comprometidas com o resgate da universalização dos direitos e da cidadania, tal como a defesa de garantia de uma renda de cidadania.

Assim, na contramão da PEC 385, marcadamente seletiva, inclusive entre mulheres, é aprovada em 2004 a lei 10.835, que garante uma renda básica incondicional.<sup>11</sup> Somos, nessa matéria, excepcionalidade mundial. Tal lei estabelece que todo cidadão brasileiro ou não (mas morando legalmente há pelo menos 5 anos no país) terá direito a uma renda universal de igual valor, independentemente da sua condição social, sexo, crença, raça ou qualquer outra distinção que possa atuar em bases discriminatórias. Deveria ter começado a ser implementada em janeiro de 2005, todavia não há previsão oficial de quando isso possa vir a ocorrer.

Ora, surpreendentemente, a Campanha Nacional pelo Direito à Aposentadoria das Donas de Casa não dialoga com a lei que já assegura o direito a uma renda básica,

de modo a somar forças para promover sua imediata implementação. Segue em raia própria, alheia ao novo quadro institucional, propondo ainda por cima a criação de uma

10 Notadamente no caso dos países de renda média e baixa, do mundo em desenvolvimento.

11 Lei 10.835, de 2004, de autoria do Senador E. Suplicy. Ela deveria ter entrado em vigor a partir de 1 de janeiro de 2005 (sic).

7

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

---

---

**Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005,**  
gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres representadas na AMB.

fonte adicional de recursos para o financiamento da PEC 385, a partir de contribuição suplementar sobre a folha de pagamento das empresas, o que supõe penalizar o setor produtivo por algo que se reproduz na esfera privada das relações sociais. Talvez esta seja uma compreensão algo anacrônica da teoria do patriarcado e da sua permissividade com o grande capital.

Essa miopia parece herdada do *mainstream* da feminização da pobreza e acaba por isolar as reivindicações das mulheres da agenda nacional.

Reivindicar a criação de mais um benefício assistencial<sup>12</sup>, posto que de base não-contributiva (à imagem da LOAS e da renda vitalícia), quando aumenta a pressão para eliminação da aposentadoria rural como direito previdenciário, dada sua reduzida base contributiva própria<sup>13</sup>, parece outro desacerto. A PEC 385 aponta para a criação de um benefício previdenciário, mas não havendo base contributiva própria será assimilado a um benefício assistencialista. Logo, existe o risco de que tal emenda constitucional, se aprovada, venha a ser colocada em xeque por modificações futuras do que é previdenciário ou assistencial.

Em pesquisa já publicada<sup>14</sup>, estimamos, através de simulações, o impacto na redução da pobreza e da desigualdade de distintos perfis de políticas de transferência de renda, fazendo variar tanto o valor do benefício, quanto o tipo da clientela.

Observamos, nesse exercício, que se fosse necessário eleger um grupo para dar início à implementação da política universal de renda básica, sem a menor sombra de dúvida deveríamos começar pelas crianças (menores de 16 anos), todas elas. Isso porque o efeito redistributivo seria dos mais efetivos, com ganhos significativos em matéria de justiça social, graças a uma redução expressiva do hiato econômico entre os mais ricos e os mais pobres. Custa, evidentemente, muito mais caro em razão da grande escala.

Ampliar o volume das transferências de renda para pessoas com mais de 60 anos tem quase sempre impacto nulo, podendo mesmo revelar perfil regressivo. O que não significa, como querem fazer crer a Fazenda e o Banco Mundial, que um sistema de aposentadorias público é forçosamente injusto porque regressivo.

12 No site do INSS ([www.inss.gov.br/docs;11.pdf](http://www.inss.gov.br/docs;11.pdf)), tomando como fonte a DATAPREV, estão computados

2,640 milhões de benefícios assistenciais pagos em janeiro de 2005, assim distribuídos: LOAS para idosos

pobres: 943 mil, para portadores de deficiência: 1,133 milhão, e rendas mensais vitalícias: 546 mil. 13 Estimada em cerca de 9% apenas, isso porque há uma enorme sonegação da base tributária agrícola.

Como sempre aponta Sulamis Dain, a base contributiva da previdência rural é indireta, o que se costuma esquecer. Os recursos necessários ao pagamento dos benefícios rurais são hoje em número de 4,960 milhões (dados da DATAPREV de janeiro de 2005), sendo financiados, como prevê a Constituição, a partir da Seguridade Social. As contribuições sociais foram nessa última década as que mais cresceram sendo a base de maior produtividade fiscal.

14 Relatório Anual *do Observatório da Cidadania*. Brasil 2004, Lavinias L. Universalizando Direitos, op. Cit. Ou no site [www.ie.ufrj.br/aparte](http://www.ie.ufrj.br/aparte), clicando em Lena Lavinias.

8

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

-----

---

**Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005,**  
gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres representadas na AMB.

Se a maternidade nos faz socialmente mulheres, não é possível abstrair e empurrar para a Terceira Idade o direito a uma renda básica incondicional, quando a lei já existe para todos e tem que ser aplicada. Sobretudo, sabendo-se que ser universal é ser redistributivo e progressivo, e sabendo-se que a pobreza se concentra nas fases mais jovens do ciclo de vida. São pobres as famílias com crianças, não por causa de elevadas razões de dependências<sup>15</sup>, mas porque educar dignamente um filho custa caro e o Estado brasileiro não financia senão marginalmente tais despesas. Ou nós mulheres somos capazes de fazer valer a dimensão relacional do gênero na formulação das políticas públicas universais, ou 30 anos de feminismo e de tantos avanços terão sido em vão.

#### **ANEXO I**

##### **Total de Pessoas**

##### **Segundo Sexo e Faixa Etária, 2003**

##### **Masculino Feminino**

##### **Total**

##### **menos de 16 anos**

25.901.693 24.901.096

50.802.789

##### **de 16 a menos de 60 anos**

51.570.056 54.830.890 106.400.946

##### **de 16 anos a menos de 65 anos**

53.965.131 57.640.952 111.606.083

##### **60 anos e mais**

7.371.087

9.361.460

16.732.547

##### **65 anos e mais**

4.976.012

6.551.398  
11.527.410  
**Todas as Idades**  
84.842.836 89.093.446 173.936.282  
PNAD/IBGE 2003.

15 Em 2003, segundo a PNAD, cada família tem em média 1,3 crianças.

9

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

-----

---

**Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005,**  
gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres  
representadas na AMB.

**INTRODUÇÃO16:  
PARA UMA ECONOMIA FEMINISTA**

**Cristina Carrasco\***

\*Professora de Teoria Econômica da Universidade de Barcelona. Suas pesquisas têm sido ligadas ao trabalho das mulheres: mercantil e familiar doméstico. Sua última publicação é "Trabajo con mirada de mujer" publicado pelo Conselho Econômico e Social, Madrid, 2004.

O ingresso massivo das mulheres (de classe média) no ensino superior e no trabalho assalariado junto com o ressurgir político e ideológico do movimento feminista provocaram, nas últimas décadas, certas mudanças de perspectiva nas diferentes disciplinas. Trata-se de mudanças profundas que não só pretendem 'agregar' o estudo das mulheres nas pesquisas, mas, sobretudo, resolver diferentes questões. A introdução da categoria 'gênero' revela a insuficiência dos corpos teóricos das ciências sociais, pela sua incapacidade de oferecer 'não uma explicação' mas um tratamento adequado à desigualdade social entre mulheres e homens. Estes novos enfoques pretendem denunciar o viés androcêntrico que subjaz o 'saber científico': a eleição dos temas de pesquisa, a forma de aproximação, a interpretação de dados e resultados etc. acontecem sob uma perspectiva que pretende universalizar normas e valores que correspondem a uma cultura construída pelo domínio masculino. O resultado até agora é um avanço epistemológico importante: por um lado, se constroem novas parcelas de conhecimento e, por outro, se redefinem categorias e conceitos partindo da própria experiência das mulheres. No entanto, pouco foi feito na transformação real das disciplinas. Assim, os enfoques novos e os tradicionais percorrem por vias paralelas sem se cruzar. A economia 'apesar de ser a disciplina social menos sensível às rupturas conceituais' não é indiferente a este processo de crítica teórica e metodológica. Já no século XIX, coincidindo com a primeira onda do feminismo, diversas autoras escrevem sobre o direito das mulheres a ter um emprego e denunciam as desigualdades nas condições trabalhistas e salariais entre os sexos.<sup>17</sup> Desde então e, particularmente, desde os anos 60, os

16 Essa é uma tradução do espanhol do capítulo introdutório do livro *Mujeres y economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*, organizado por Cristina Carrasco Ed. Icaria 'Antrazyt, Barcelona. Uma versão mais reduzida encontra-se no Apêndice IV 'Mulheres e Economia: debates e propostas' em Barcelo 1998. Nesta versão optamos por uma organização temática.

17 Entre as precursoras, encontra-se Bárbara Bodichon (1857). Ao final do século, se recuperam muitos dos aspectos discutidos por Bodichon no marco do debate sobre 'igual salário para homens e mulheres' (Fawcett, 1918; Gilman, 1898). Apesar da força e a importância destes aportes, eles são pouco citados nos textos de história do pensamento econômico.

10

Articulação de Mulheres Brasileiras 'uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

---

**Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005,**  
gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres  
representadas na AMB.

escritos econômicos que estudam a problemática das mulheres aumentaram sensivelmente. As razões já foram assinaladas anteriormente: o acesso das mulheres ao mercado de trabalho e às universidades e o desenvolvimento do pensamento feminista que pressiona as diversas disciplinas.

A chamada economia feminista se inicia nestas datas com uma crítica aos paradigmas neoclássico e marxista, pela maneira de analisar a situação socioeconômica das mulheres. A economia neoclássica é acusada de racionalizar os papéis tradicionais dos

sexos tanto na família como no mercado de trabalho e justificar e reforçar, desta maneira, o *status quo* existente (Humphries, 1995, p. 55). O marxismo é criticado pelas noções ? supostamente neutras quanto a gênero ? de proletariado, exploração, produção e reprodução e a hipotética convergência natural de interesses econômicos entre homens e mulheres da classe trabalhadora. Desta maneira, está tentando se fazer visível uma relação dialética entre gênero e classe. Em definitiva, (...) *apesar de que as premissas e os métodos das tradições radical e neoclássica são muito diferentes, as economistas feministas (...) tem mostrado que historicamente estas escolas têm tratado a divisão por sexo do trabalho na família e na sociedade como se estivesse biologicamente determinada* (Kuiper e Sap, 1995, p.4).

Além da crítica metodológica e epistemológica às tradições existentes, a temática estudada nas últimas três décadas é muito ampla, embora cada época esteja marcada pela discussão de determinadas questões que resultam da própria situação sócio-política e do avanço intelectual do período. Dentre os temas analisados destacam-se, o trabalho doméstico, os diferentes aspectos da participação e discriminação das mulheres no trabalho, as políticas econômicas e seus efeitos diferenciados por sexo, os problemas de gênero e desenvolvimento, a invisibilidade das mulheres nos modelos macroeconômicos e o desenvolvimento de novos enfoques que permitam a análise global da sociedade. Basicamente, é questionado o viés androcêntrico da economia, que se evidencia nas representações abstratas do mundo usadas habitualmente pelos pesquisadores, onde se omite e exclui as mulheres e a atividade fundamental que estas realizam, não conseguindo assim analisar suas restrições e situações específicas. ?A economia tem

11

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

---

---

**Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005,**  
gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres  
representadas na AMB.

desenvolvido uma metodologia que não consegue ?ver? o comportamento econômico das  
mulheres? (Pujol, 1992, p.3).

A chamada economia feminista dificilmente pode ser considerada um conjunto  
monolítico. Na discussão e elaboração teórica participam pesquisadoras(es) procedentes  
de diversas escolas de economia ? neoclássica, marxista, funcionalista ? assim com de  
diversas tradições do feminismo ? liberal, radical, socialista. Além disso, é quase  
habitual na perspectiva feminista, ? salvo quando aspectos metodológicos são discutidos  
? a interdisciplinaridade, especialmente nas análises de fenômenos sociais, mesmo que  
seja difícil separar o pensamento econômico de outras disciplinas próximas como a  
sociologia, a antropologia e a história.

Ao longo dos anos 80, se desenvolve uma convergência entre as diferentes vertentes das  
feministas economistas. Isto responde a razões mais genéricas, tanto de ordem política  
como acadêmica. Por uma parte, existe a necessidade de construir uma frente comum  
para a luta política e para o trabalho intelectual com o propósito de enfrentar a direita  
ideológica e política emergente. Por outra parte, a corrente do pós-modernismo tem um  
impacto na teoria feminista: a crítica às categorias tradicionais abre a possibilidade a

novas teorizações e pesquisas (Beneria, 1995). Na economia, o poder analítico da categoria gênero junto à crítica do tratamento teórico sobre a mulher estabelece as bases para uma construção teórica feminista (Folbre e Hartmann, 1988; Nelson, 1992; Woolley, 1993).

12

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

---

---

**Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005,**  
gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres  
representadas na AMB.

Um fato importante para a economia feminista aconteceu em 1990. Nesta data, a Conferência Anual da *American Economic Association* inclui, pela primeira vez, um painel relacionado especificamente com as perspectivas feministas na economia. Os artigos foram publicados posteriormente em Ferber e Nelson (1993). Este texto é o primeiro que questiona as hipóteses da teoria econômica desde uma perspectiva feminista<sup>18</sup>. O processo se consolida com a criação da *International Association For Feminist Economics* (IAFFE) nos Estados Unidos, espaço de debate das distintas correntes de economistas feministas que publica a partir de 1995, a *Feminist Economics*, primeira revista desta natureza. Também em 1993, acontece em Amsterdã, a primeira conferência *Out of the Margin. Feminist Perspectives on Economic Theory*. Os debates confirmam os limites das aproximações tradicionais e manifestam que a economia feminista não é só uma tentativa de ampliar os métodos e teorias existentes para incluir as mulheres, mas também uma coisa mais profunda: procurar uma mudança radical na análise econômica, que possa transformar a própria disciplina modificando alguns de seus pressupostos básicos ? normalmente androcêntricos ? e permita construir uma economia que integre e analise tanto a realidade das mulheres como aquela dos homens (Beneria, 1995).

Nas páginas seguintes vamos relatar algumas das problemáticas mais significativas e que são objeto de revisão e reelaboração. A temática e a bibliografia referenciada não pretendem ser exaustivas. A produção teórica das últimas décadas é tão ampla que estudá-la completamente seria quase impossível. O objetivo é oferecer uma pauta orientadora sobre o atual estágio do debate para as pessoas interessadas, não especialistas no tema. Começamos com a crítica ao viés androcêntrico no pensamento econômico. Os próximos trechos deste artigo são dedicados à discussão de questões relacionadas como o trabalho das mulheres nas suas diversas vertentes: o debate sobre o trabalho doméstico, a discussão do patriarcado, o conceito de trabalho e a valoração do trabalho familiar e o mercado de trabalho e as relações de gênero. Logo depois discutiremos a falsa neutralidade dos modelos e políticas macroeconômicas e, finalmente, o debate sobre os aspectos metodológicos da disciplina e a proposta de novas perspectivas de análise.

#### **Ocultas sob a mão invisível: as mulheres no pensamento econômico**

Só recentemente as economistas feministas se dedicaram ao estudo da história do pensamento econômico numa dupla vertente: a crítica à invisibilidade das mulheres no pensamento clássico (e neoclássico) e a recuperação das idéias de algumas economistas silenciadas pela história e a corrente dominante da disciplina. ?*Numa revisão dos textos de economia evidenciamos, no entanto, que as mulheres não têm sido totalmente esquecidas,*



*mas, sim, que têm sido consideradas ? explícita ou implicitamente ? como exceções às regras, como alheias à esfera econômica e participando só de maneira marginal ? quando se lhes permite ? na atividade econômica nacional. Sempre se negou às mulheres o status de agente econômico e, em consequência, as decisões racionais normativas se realizam*

18 Havia artigos publicados anteriormente, mas não existia uma publicação dedicada exclusivamente ao tema.

13

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

---

---

**Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005,**  
gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres representadas na AMB.

*considerando o lugar que supostamente as mulheres têm na economia e na sociedade?*  
(Pujol, 1992, p.1).

Com certeza Michèle Pujol é a autora mais destacada - mesmo não sendo a pioneira - na crítica feminista ao pensamento econômico.<sup>19</sup> Sua obra principal *Feminism and Anti-Feminism in Early Economic Thought* é uma referência obrigatória sobre o tema. Neste livro ela discute com profundidade de argumentação o tratamento tradicional das mulheres no pensamento clássico (primeiro) e neoclássico. Junto com outras pesquisadoras (Madden, 1972; Folbre e Abel, 1989; Folbre, 1991; Dimand *et al.*, 1995; Gardiner, 1997),<sup>20</sup> estudam as raízes da invisibilidade econômica das mulheres nos economistas clássicos: o ?esquecimento? das atividades não mercantis, sua articulação com a produção capitalista e a participação das mulheres na criação de ?capital humano?.

Os pensadores clássicos ? estudiosos do que mais tarde seria a chamada economia política ? viviam num período de transição e reestruturação da realidade social, ligada naturalmente ao processo de industrialização. A produção orientada para o mercado foi sendo separada da produção doméstica destinada ao autoconsumo familiar, processo que se consolidará posteriormente com a implantação generalizada do capitalismo. Esta situação ajuda para que suas análises se centrem na produção capitalista e seu instrumental analítico e conceitual tome como referência exclusivamente este tipo de produção. Assim, começa uma tradição que ignora a divisão sexual do trabalho e oculta o trabalho familiar doméstico e sua articulação com a reprodução do sistema capitalista. Inicia-se uma perspectiva de análise que mantém uma rígida separação entre diversas dicotomias: o público e o privado, a razão e o sentimento, o trabalho mercantil e o trabalho doméstico, a empresa e a família. Agora, diversas historiadoras mostram que durante todo este período ? séculos XVIII e XIX ? as contribuições econômicas das mulheres para reprodução familiar são decisivas: além de assumir o trabalho doméstico, fundamental entre outras coisas para a sobrevivência infantil, elas mantêm longas jornadas na agricultura ou trabalham fora de suas casas, seja no trabalho fabril, como pequenas comerciantes ou como trabalhadoras eventuais, babás, lavadeiras etc. atividades que as mulheres já realizavam, a exceção do emprego nas fábricas, no período prévio à industrialização.<sup>21</sup>

Entretanto, o surpreendente é que toda esta atividade das mulheres, realizada tanto fora como dentro do lar ? se faz de maneira invisível aos olhos da maioria dos pensadores

19 Michèle Pujol morreu em agosto de 1997, aos 46 anos. A economia e o movimento feminista perderam uma amiga, excelente companheira, incansável lutadora e aguda crítica do pensamento econômico dominante.

Aqui faço uma singela homenagem neste merecido reconhecimento.

20 As idéias expressas a seguir se baseiam fundamentalmente na obra de Pujol, exceto quando uma outra autora for citada.

21 Para estes aspectos ver a excelente obra de Tilly e Scott (1987).

14

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

---

---

**Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005,**  
gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres  
representadas na AMB.

clássicos.<sup>22</sup> Em geral se reconhece a importância da atividade das mulheres dentro de casa destinada ao cuidado familiar e, em particular, relacionada às crianças e à educação dos filhos, uma vez que se considera indispensável para que estes se convertam em ?trabalhadores produtivos? e contribuam à ?riqueza das nações?, mas a toda esta atividade não é atribuído valor econômico. Enfatiza-se a divisão sexual do trabalho, insistindo na obrigação primeira das mulheres como mães e esposas, obrigação esta que para as mulheres casadas seria incompatível ou, no mínimo, desaconselharia terem um emprego. Nas análises do trabalho assalariado não existe nenhuma discussão em torno das razões da segregação sexual nem sobre a razão dos salários femininos serem mais baixos. Tudo isto é aceito como ?fato natural? conforme ao papel familiar das mulheres. O emprego feminino só seria circunstancial e complementar ao masculino, uma vez que sua verdadeira responsabilidade estaria no lar.

Desde uma outra perspectiva, a análise dos censos também elabora uma crítica conceitual: a terminologia e os métodos utilizados no terreno mais concreto são um reflexo do que a economia está teorizando.<sup>23</sup>

O conceito de dona de casa improdutivo era um subproduto de uma nova definição de trabalho produtivo que valorizava a participação no mercado e desvalorizava o trabalho não mercantil, atividade central na vida de muitas mulheres. A mudança na terminologia formalizou os pressupostos da economia política androcêntrica (Folbre, 1991).

Agora, apesar da incapacidade dos economistas clássicos situarem o trabalho familiar doméstico num marco analítico adequado, eles apresentam uma vantagem em relação à economia neoclássica posterior. O reconhecimento da importância da vida e do trabalho familiar no cuidado das crianças e na reprodução da população (tema relevante devido à elevada taxa de mortalidade infantil da época), fica refletido no salário, considerado como custo de reprodução histórica da classe trabalhadora (Picchio, 1992a). De qualquer modo, os economistas clássicos manifestam uma tensão e uma contradição em reconhecer o trabalho das mulheres na família e não incorporá-lo num esquema analítico que representasse o sistema socioeconômico global. Esta tensão, salvo exceções, desapareceria com a economia neoclássica.

Com o surgimento da escola marginalista ? posteriormente a neoclássica - o centro

da atenção se desloca da produção capitalista ao mercado capitalista, ao intercâmbio, o que institucionalizará definitivamente a separação de ambas esferas, a produção mercantil e a produção doméstica, relegando esta última à marginalidade e à invisibilidade. Desta maneira, o problema central já não estará no âmbito da produção, como era o caso dos clássicos, senão no campo da eleição racional.

22 Com exceção de Stuart Mill, cujo conhecido relacionamento com Harriet Taylor ? mulher feminista e socialista ? influenciou notavelmente seu pensamento.

23 Folbre e Abel, 1989; Folbre, 1991. Também historiadoras feministas têm pesquisado os problemas metodológicos do estudo do trabalho das mulheres através das fontes estatísticas. Para o caso espanhol ver Perez-Fuentes (1995).

15

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

---

---

**Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005,**  
gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres  
representadas na AMB.

A crítica à escola marginalista de uma perspectiva feminista se centra no seu recorte de gênero, que leva a caracterizar as mulheres como pessoas com filhas(os), dependentes do marido ou do pai, donas de casa, improdutivas e irracionais (Pujol, 1995). Este recorte ? posteriormente explícito na Nova Economia da Família, embora implícito desde o início ? tomou corpo basicamente em dois processos. Em primeiro lugar, no debate sobre igual salário para mulheres e homens e as condições de emprego feminino, que tem lugar no final do século XIX e início do XX, onde as feministas da época ? com destaque para M.G. Fawcett ? rebatem com força a idéia defendida desde o marginalismo, de que os salários mais baixos das mulheres refletem sua menor produtividade. Além disto, a discussão se amplia sobre diversos conceitos: ?... *salário de subsistência (salário familiar) para trabalhadores masculinos, salário de mercado, salário mínimo para as mulheres (e às vezes para homens), necessidades de subsistência, subsídios familiares e outras formas de transferências?* (Pujol, 1992, p. 51) que permitem analisar o viés androcêntrico do pensamento econômico<sup>24</sup>. Em segundo lugar, no desenvolvimento originário da economia de bem-estar e o tratamento das mulheres. As críticas apontam a dois destacados economistas: Marshall e Pigou (Pujol, 1992).

Marshall aceita e justifica que a idéia burguesa vitoriana sobre a divisão sexual do trabalho se faça extensiva à classe trabalhadora: ? ... *as mulheres da classe trabalhadora são destinadas ao lar para criar capital humano masculino, enquanto os homens devem ganhar um ?salário familiar? no mercado de trabalho... Sob o disfarce de proteção, as mulheres são destinadas ao lar dando-lhes maior responsabilidade no cuidado da família e na inversão do capital humano nas crianças, mas com um orçamento mínimo justificado pela eficiência capitalista. E mesmo que isto requeira um exercício qualificado de racionalidade econômica, Marshall não considera as mulheres como seres econômicos* (Pujol, 1992, p. 139).

A economia do bem-estar de Pigou tem sido interpretada como uma fonte de soluções humanas para a pobreza e os aspectos mais depredadores do livre mercado

capitalista. No entanto, estabelece uma diferença importante entre homens e mulheres. Estas últimas são consideradas criaturas mais fracas, dependentes economicamente do marido ou do Estado, com o lar como lugar natural, justificando, portanto, para as que têm emprego, piores condições de trabalho e salários mais baixos que os masculinos. Por outra parte, reconhece que o trabalho das mulheres na família é um requisito crucial para conseguir o "bem-estar capitalista", mas o exclui da Contabilidade Nacional quando não ocorrem trocas monetárias, categorizando a atividade das mulheres em casa como não-trabalho. Daí que a análise do pensamento dos discípulos de Marshall sobre a economia do bem-estar e a Contabilidade Nacional na sua relação com as mulheres, leve às pesquisadoras feministas a concluir que: *atrás de uma aparência humanitária se escondem*

24 A segunda metade do século XIX é testemunha da primeira onda do feminismo. Mesmo que se atribua mais importância ao movimento sufragista, os debates e lutas contra a discriminação das mulheres no mercado do trabalho foram importantes.

16

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

---

---

**Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005,**  
gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres representadas na AMB.

*propostas que reforçam os valores patriarcais, a autoridade do estado, o poder do capital e a falta de opções da classe trabalhadora, os pobres e particularmente, as mulheres (Pujol, 1992, p. 194).*

Definitivamente, esta linha de estudo coloca em evidência a maneira como vem sendo construído o pensamento econômico e como desde suas origens está atravessado por um recorte androcêntrico que marginaliza, oculta e torna invisível a atividade das mulheres. O chamado "debate sobre o trabalho doméstico?"

Nos anos 60, economistas feministas provenientes da tradição marxista começam a questionar o esquecimento das mulheres nas análises da divisão do trabalho na família e na sociedade. Estimuladas pelo ressurgimento do interesse no marxismo e pelo desejo de identificar uma base material para a opressão das mulheres, abrem debates relacionados com a desigual participação dos sexos no trabalho assalariado, o trabalho doméstico e a família: questões que tradicionalmente tinham sido colocadas à margem da economia. No início a tentativa era integrar a análise da atividade das mulheres nas categorias conceituais do paradigma marxista ? objetivo que depois se abandonará ao reconhecer as limitações epistemológicas de estruturas teóricas construídas com recorte de gênero, isto é, úteis para o estudo da atividade dos homens, mas não das mulheres. Uma parte importante desta primeira discussão foi recolhida no que se chamou "o debate sobre o trabalho doméstico?", que se desenvolveu aproximadamente durante uma década.<sup>25</sup>

O "debate" está centrado fundamentalmente na natureza do trabalho doméstico e a função que este desempenha num sistema capitalista. O artigo pioneiro de Mitchell, "A liberação da mulher: a longa luta?" publicado originalmente em 1966, na *New Left Review* ? que de fato aparece antes que o movimento feminista socialista se desenvolva como tal ?,

começa com uma crítica ao tratamento da questão da mulher usado na literatura marxista clássica. Estabelece como alternativa que a condição da mulher deve ser analisada em quatro estruturas separadas: produção, reprodução, socialização e sexualidade, colocando as três últimas na esfera familiar.

A tese de Mitchell é questionada basicamente pela debilidade da análise das distintas estruturas, a relação entre elas, o nível de abstração usado e pela ausência de uma construção teórica da categoria 'família'. Apesar destes problemas, o artigo representou um papel determinante no movimento feminista da época ao legitimar uma perspectiva de análise que estabelece a razão última da situação da mulher na base econômica, ainda que reconheça a existência de outros aspectos também importantes.

Três anos mais tarde, é publicada na Monthly Review um artigo de Benston que faz uma análise do trabalho doméstico utilizando categorias marxistas. Ele o define como um resquício dos modos de produção pré-capitalistas e estuda a maneira como este tipo de

25 Em Borderias e Carrasco (1994) se comenta o debate assim como outros aspectos relacionados com o trabalho das mulheres desde uma perspectiva histórica, econômica e sociológica.

17

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

---

---

**Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005,**  
gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres representadas na AMB.

trabalho atua como base material das contradições que experimentam as mulheres nas sociedades capitalistas. Assim, situa o problema da opressão das mulheres no terreno do materialismo. Apesar de ser um artigo descritivo, que não realiza uma elaboração teórica sobre a função do trabalho doméstico, contém as bases das questões que formarão parte da polêmica. Não obstante, o núcleo do debate se encontra nas contribuições posteriores de Dalla Costa (1972), Secombe (1974), Delphy (1970), Harrison (1973), Gardiner (1975): a caracterização do trabalho doméstico como modo de produção, a reprodução da força de trabalho, o trabalho doméstico como trabalho produtivo e/ou criador de valor e os benefícios que obtém o capital desta atividade realizada pelas mulheres.<sup>26</sup>

A discussão sobre a caracterização do trabalho doméstico como modo de produção girou em torno às teses de Delphy: o trabalho doméstico constitui um modo de produção específico, distinto e autônomo do modo de produção industrial, em que os homens exploram a força de trabalho feminina. Neste modo de produção patriarcal, as mulheres constituem uma classe social. Desta maneira, Delphy, está opondo a 'lógica do patriarcado' à 'lógica do capital'<sup>27</sup>, o que representou um forte desafio às posições marxistas, que inclusive responderam com virulência.

Um segundo aspecto conflitivo surge da obra de Dalla Costa. A autora aborda diretamente a questão da reprodução da força de trabalho e explica que o trabalho doméstico é produtivo enquanto reproduz a mercadoria força de trabalho. Daí se deriva o que será seu lema político, 'o salário para a dona de casa?', que produz uma forte polêmica no movimento feminista por considerar que mais que liberar a dona de casa, legitimava seu papel no lar.

A polêmica que se formou em torno do trabalho doméstico como criador de valor foi caracterizada pelo seu alto teor academicista. O trabalho doméstico cria valor? Produz mais-valia? Cria trabalho excedente? Tentou-se dar respostas a estas perguntas. Smith (1978) terminou com esta discussão concluindo ? depois de uma detalhada análise do trabalho doméstico utilizando categorias marxistas ? que este tipo de trabalho não tem por que entrar em conflito com a teoria do valor já que, ao não tomar parte da produção e do intercâmbio de mercadorias, fica fora de seu campo de aplicação.

Outro tema fundamental no debate, mesmo que em termos distintos, tem a ver com a relação entre o trabalho doméstico, a reprodução da força de trabalho e o benefício que obtém o capital. De certa maneira, tentava-se forçar uma ?teoria da reprodução da força de trabalho? marxista que permitisse desvendar o caráter do trabalho doméstico para o capitalismo. Seria ele estrutural ou conjuntural?

26 Existem algumas publicações que realizam um bom balanço desta polêmica, o que nos permite não ter necessidade de reproduzi-la, mas citar só os aspectos mais relevantes. Entre outros consultar Molyneux (1979), Alonso (1982), Carrasco (1991).

27 A discussão patriarcado-capitalismo constituiu um centro importante do debate.

18

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

-----

---

**Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005,**  
gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres representadas na AMB.

Esta discussão levou a colocar a questão da socialização do trabalho doméstico: sendo aceito ou não o caráter essencial do trabalho doméstico, é indiscutível que ao longo do tempo tem se desenvolvido um processo de transferência de certos valores de uso ? produzidos originalmente sob relações domésticas ? à produção socializada sob relações capitalistas. Então, por que o trabalho doméstico, mesmo sendo útil ao capitalismo, vem se socializando progressivamente? Por que somente tem se socializado alguns aspectos e não todos? O processo não terminou ainda; num futuro esta atividade será socializada totalmente? O tratamento destes temas esteve mais marcado que outros por um estilo dogmático e economicista que impede analisar a verdadeira importância social dos ?trabalhos de cuidados domésticos?. Em termos políticos se traduz no lema ?abolição do trabalho doméstico? como forma de liberação das mulheres<sup>28</sup>.

Se olharmos retrospectivamente, o ?debate? aparece, em termos gerais, bastante estéril e muitas das questões discutidas foram abandonadas sem chegar a posições comuns. O alto nível de abstração e a abusiva utilização de intrincados argumentos derivados da teoria econômica marxista tornaram o ?debate? difícil de ser acompanhado e de fazer qualquer aplicação prática. O quadro em que foi desenvolvido limitou sua capacidade explicativa: centrando-se fundamentalmente no modo de produção capitalista, quase exclusivamente na atividade das mulheres em casa, teve um forte caráter economicista, definiu o trabalho doméstico de maneira muito limitada, e especialmente, não permitiu as análises e a identificação das relações de gênero presentes na produção doméstica. Apesar disso, foi útil no sentido de colocar na agenda o estudo da posição das mulheres

como donas de casa e o papel do trabalho doméstico na reprodução do sistema social. Com certeza os legados mais importantes da polêmica foram as novas vias de análise abertas, permitindo abordar aspectos ? que vão além de uma análise meramente econômica do trabalho doméstico ? em que as categorias marxistas se mostrariam insuficientes.

### **Patriarcado e capitalismo: um dualismo teórico**

Não podemos falar do trabalho das mulheres sem comentar o dualismo metodológico que perpassa a discussão nos anos setenta e oitenta. Desde o início do ?debate?, a polêmica se polariza seguindo as duas correntes do feminismo: socialista e radical. As primeiras tentam explicar a situação da mulher pondo ênfase nas relações capitalistas, enquanto as segundas enfatizam as relações patriarcais.

Nos Estados Unidos, a noção de patriarcado é elaborada originalmente pelo feminismo radical para definir um sistema universal e trans-histórico de estruturas políticas, econômicas, ideológicas e psicológicas através das quais os homens subordinam as

28 Como veremos depois, hoje em geral os ?trabalhos de cuidado? são reivindicados pelas mulheres como uma atividade provedora de bem-estar e qualidade de vida. A questão então não é excluí-lo, mas verificar como é assumido e distribuído entre as diferentes instituições e membros da sociedade.

19

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

---

---

**Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005,**  
gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres representadas na AMB.

mulheres (Millet, 1969; Firestone, 1973).<sup>29</sup> Para esta corrente do feminismo, o patriarcado é o sistema contra o qual as mulheres devem lutar.<sup>30</sup> O feminismo socialista desenvolve um conceito de patriarcado passível de ser relacionado com o sistema capitalista, de tal maneira que os dois sistemas atuam na sociedade reforçando-se mutuamente. De fato, esta tradição gera diferentes definições de patriarcado e oferece diferentes explicações sobre a relação entre este e o sistema capitalista. Afirmam que a subordinação das mulheres não pode ser analisada independentemente de outras formas de exploração capitalista, mas, mesmo assim, criticam o marxismo e as organizações socialistas por marginalizar as mulheres no marco teórico e por terem concebido sua opressão como um efeito secundário da exploração de classes.

Hartmann (1979), representante desta corrente, afirma que o patriarcado é anterior ao desenvolvimento do capitalismo e que os homens utilizaram as instituições e relações capitalistas para assegurar sua situação de privilégio:<sup>31</sup> *Podemos definir o patriarcado como um conjunto de relações sociais entre os homens que tem uma base material e que, sendo hierarquias, estabelecem ou criam uma interdependência e solidariedade entre os homens que lhes permite dominar as mulheres?*<sup>32</sup>

Esta visão, embora utilize um marco teórico marxista, é questionada por ser ?cega para o sexo? (*sexblind*).

Tanto Hartmann como Delphy fazem suas as categorias da exploração de classes de Marx para analisar a situação das mulheres, embora com diferenças importantes: Delphy

afirma que os homens controlam a força de trabalho de suas mulheres para explorá-las diretamente; ao contrário, para Hartmann o problema se situa no caráter de serviços pessoais que tem o trabalho das mulheres em casa, o que permite aos homens exercer um controle sobre estas.

No entanto, ambas as autoras têm sido criticadas, por uma parte, por manter uma definição muito limitada de patriarcado que não permitiria entender as causas da opressão das mulheres nem ofereceria explicação de porque os homens podem exercer o controle sobre estas (Himmelweit, 1984). E, por outra, por mostrar uma estrutura dual separando a reprodução (patriarcado) de outros aspectos do capitalismo, com os quais a análise marxista

29 O conceito de patriarcado foi amplamente discutido, participando do debate feminista de distintas correntes

de pensamento. O tema é muito mais complicado do que expomos aqui, tendo em conta que inclusive autoras de uma mesma escola mantêm diferenças entre elas. Para maior informação consultar a bibliografia referida. Um bom resumo se encontra em Gardiner (1997).

30 Também Delphy (1970), feminista francesa, se identifica com a corrente radical americana que diz que o controle dos homens sobre a força de trabalho de suas mulheres é a base da exploração no "modo de produção

familiar", uma forma de produção baseada no contrato familiar que pode coexistir "como observamos no "debate" com modos de produção baseados nas classes sociais.

31 A autoria enfatiza a utilização do poder dos sindicatos para marginalizar as mulheres.

32 Hartmann (1980:95). A citação corresponde à tradução castelhana de Hartmann (1979).

20

Articulação de Mulheres Brasileiras " uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

-----

---

**Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005,**  
gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres  
representadas na AMB.

da produção poderia manter-se sem ser criticada pelo pensamento feminista (Beechey, 1979).

Assim, o conceito do patriarcado se nos apresenta polissêmico, sendo utilizado com diferente significação. Às vezes se refere aos mecanismos através dos quais os homens controlam a sexualidade e fecundidade das mulheres e a organização da reprodução humana. Outras se referem a relações sociais mais difusas entre homens, contribuindo para subordinação econômica das mulheres. E, também, sobrevive como uma aspiração cultural entre os homens, e inclusive entre as mulheres, aos quais o racismo ou a classe trabalhadora tem negado um lugar no desenvolvimento econômico (Gardiner 1997, p. 125).

De qualquer modo, a construção e a utilização do conceito de patriarcado desde as distintas correntes do feminismo levou ao problema do dualismo teórico. A opressão das mulheres " objeto principal do estudo - estaria sendo analisada em uma estrutura de dois sistemas separados: capitalismo e patriarcado, modo de produção e modo de reprodução, sistema de classes e sistema de gêneros. A insuficiência desta análise estaria na dificuldade de integrar ambos os sistemas numa estrutura coerente não funcionalista, que dê conta de construir as relações de gênero na família e na produção (Beechey, 1979; Himmelweit,



1984).

Em economia o problema do dualismo metodológico se concretiza na análise do trabalho das mulheres em suas duas vertentes: doméstico e assalariado. No primeiro caso, a existência do trabalho doméstico se explica a partir do feminismo socialista pelos benefícios que obtém o capital, ao contrário, o feminismo radical alude à existência de relações de poder patriarcal. Nos anos seguintes ao ?debate?, tenta-se o desenvolvimento de estruturas que permitam estudar algumas questões mais relacionadas com o trabalho assalariado das mulheres, aspectos que tinham sido relegados quando se concedeu, nos anos anteriores, importância ao trabalho doméstico. Assim, os problemas do dualismo metodológico se deslocam para o mercado de trabalho, procurando explicações sobre a forma específica como as mulheres se integram ao trabalho remunerado.

O feminismo radical explica o fenômeno como o resultado do controle direto que têm os homens na família, o que faz com que a atividade doméstica seja a primeira responsabilidade das mulheres e, portanto, condicione a sua participação no trabalho. Na tradição marxista, a subordinação das mulheres é considerada funcional ao capital, tanto na esfera da produção capitalista como na esfera da produção doméstica: por um lado, a existência do trabalho doméstico reduz o valor da força de trabalho, o que repercute em maior benefício para o capital. E, por outro lado, as mulheres podem ser usadas como mão-de-obra flexível segundo as necessidades da produção. Assim, está sendo utilizada uma explicação da atividade das mulheres baseada nas necessidades do capitalismo contra o feminismo radical que o realiza em termos do patriarcado. Esta idéia desencadeou uma importante discussão sobre as características das mulheres como força de trabalho.

21

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

---

---

Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005, gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres representadas na AMB.

Até agora, não têm faltado esforços para realizar análises integradas por parte de autoras do feminismo socialista. A conceituação do patriarcado por um lado, e do capitalismo por outro, como sistemas semi-autônomos, dificulta a compreensão da realidade das mulheres: ? ... *quando observamos a realidade concreta em relação à situação da mulher, como separar o que é patriarcado do que é (na nossa sociedade) capitalismo? Não é que uma concepção dualista seja errônea por definição, mas a especificidade da realidade social não se apresenta de modo dualista, senão como uma totalidade integrada?* (Beneria, 1987). O feminismo socialista reconhece algumas vantagens e limitações que a utilização do conceito do patriarcado oferece. Entre as primeiras, se aceita que permite realizar uma distinção entre relações de gênero e relações de classe, que evidencia a insuficiência das análises ortodoxas marxistas e que afirma que a eliminação da propriedade privada dos meios de produção não garante a aparição de uma sociedade sem desigualdades entre os sexos. E, entre as segundas, a tendência a utilizar-se de maneira trans-histórica análises da realidade concreta que

têm potencializado uma inclinação à separação da teoria e prática feminista do resto dos problemas da sociedade. Partindo destas virtudes e inconvenientes, tenta integrá-lo numa análise dialética que supere as insuficiências do enfoque marxista e que permita compreender reprodução e produção como dois aspectos de um mesmo processo (Beneria, 1987).

O conceito de trabalho e a valorização do trabalho doméstico.

Em uma perspectiva de gênero, o conceito de trabalho tem sido objeto de uma longa e complexa discussão nas distintas disciplinas. Neste sentido, os aportes da história, da antropologia e da sociologia foram determinantes.<sup>33</sup> Embora no paradigma predominante em economia não se tenha feito eco destas novas elaborações teóricas, diversas pesquisadoras(es) muitas vezes como resultado do debate participam da crítica ao conceito. Começa com uma questão simples: a negação à referência exclusiva ao âmbito mercantil porque redesenha a realidade negando a existência de outros tipos de trabalhos, fundamentalmente o trabalho doméstico realizado majoritariamente pelas mulheres, o qual impossibilita o desenvolvimento de enfoques mais globais, que considerem a sociedade como um todo e analisem as estreitas inter-relações entre a atividade familiar e o trabalho de mercado no processo de reprodução social.

A discussão sobre o conceito de trabalho tem incidido em diferentes aspectos no campo da economia feminista. Um deles é a elaboração de novas perspectivas teóricas, que trataremos mais profundamente no capítulo dedicado aos aspectos metodológicos. Um outro ao qual dedicamos as próximas linhas tem a ver com o trabalho doméstico e a Contabilidade Nacional.

33 Uma parte importante da discussão sobre o conceito de trabalho esta em Borderias e Carrasco (1994).

22

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

-----

---

Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005, gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres representadas na AMB.

Embora com antecedentes mais distantes,<sup>34</sup> foi só nos anos 60 que um número importante de pesquisadoras(es) assume a problemática de medir e valorizar o trabalho doméstico.<sup>35</sup> A discussão se enfoca em três aspectos: as tarefas que devem ser consideradas trabalho doméstico, como medi-las e como valorizá-las.<sup>36</sup> Com referência ao primeiro tema, interessa uma definição que permita determinar o campo das atividades que devem ser incluídas como produção doméstica.

Depois de diversas discussões adota-se por consenso o chamado "critério da terceira pessoa": o trabalho doméstico é aquela atividade que pode ser realizada por uma pessoa diferente da que se beneficiará do seu serviço. Isto é, que possa ser intercambiada. O segundo aspecto, o da medição, tem sido amplamente desenvolvido em sua vertente mais empírica pelos estudos sobre "os usos do tempo"<sup>37</sup>, que desagregam as diversas atividades que têm lugar na família, embora ainda hoje

existam problemas com esta inadequada solução, particularmente o da 'produção conjunta', característica muito própria do trabalho das mulheres.<sup>38</sup> Por último, uma vez medido o número de horas dedicadas ao trabalho doméstico como se valoriza este tempo que não é utilizado na produção mercantil? A este respeito, queremos lembrar que os métodos de valorização do trabalho doméstico são relativos às receitas (*inputs related*), e sempre tomam como referência algum valor salarial.<sup>39</sup>

Na década de 60, esta problemática não foi uma área de interesse prioritário do feminismo, preocupado nestes anos com questões mais teórico-conceituais. No entanto, em épocas recentes a situação muda e esta tradição manifesta um interesse por determinados aspectos desta problemática. Os aportes de outras disciplinas ? sociologia, historiografia, antropologia ? não são indiferentes a este processo. Influenciadas e motivadas pelas mudanças que experimentam a vida das mulheres, desde meados dos anos 70, estão mais dispostas a abandonar o enfoque abstrato da economia e a pesquisar o trabalho doméstico a partir de uma perspectiva mais

34 Em seu trabalho clássico, Margaret Reid (1934) retifica a noção tradicional de família considerada como unidade de consumo para também considerá-la unidade de produção.

35 A bibliografia existente é bastante ampla. É possível consultar as datadas até os anos 90 em Carrasco (1991) e Beneria (1992). Para referências posteriores, Bruyn-Hundt (1996), o número 19 da Revista Política e

Sociedade (1995) e o volume 2(3) de *Feminist Economics* (1996).

36 Só faremos um breve comentário; ver a bibliografia referenciada anteriormente.

37 As referências obrigatórias são Szalai (1972) e Gershuny e Jones (1987). Internacionalmente, as publicações da rede 'The Changing Use of Time?'. Também foi importante a denúncia das desigualdades de sexo nas horas de trabalho realizada pelo PNUD (1995).

38 Floro (1995a) insiste neste tema se referindo especialmente às mulheres de países não industrializados.

39 Os diversos métodos estão detalhados em Carrasco (1991), Beneria (1992), Borderias e Carrasco (1994), Bruyn-Hundt (1996).

23

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

---

---

**Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005,**  
gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres representadas na AMB.

concreta, centrada nas práticas de um trabalho feminino dentro da família. Surgem assim novos conceitos e novas dimensões desta atividade: o 'trabalho doméstico' se amplia para 'trabalho familiar?', que inclui o trabalho de mediação ? realizado fora do espaço familiar ? dentre as novas necessidades familiares e os serviços oferecidos pelo Estado de Bem-Estar; analisam-se as tarefas específicas de gestão dos espaços e tempos de trabalho no lar como atividade própria das mulheres, e se distingue entre produção doméstica de bens e tarefas de 'cuidado' ou 'apoio' a pessoas dependentes (Borderias e Carrasco, 1994).

Desta maneira, estas novas contribuições pesquisam e revelam dimensões do trabalho doméstico que transcendem o valor de mercado. O renovado interesse ? e

também a inquietude ? das economistas feministas surge da constatação que todos os esforços realizados pelas distintas perspectivas econômicas ? neoclássica, marxista ou especialistas da quantificação ? tendendo a valorizar o trabalho doméstico, não consideram os novos aspectos desta atividade e mantêm como referência o trabalho assalariado.<sup>40</sup>

A problemática anterior tem relação direta com a possível inclusão do trabalho doméstico no PIB.<sup>41</sup> Este é um assunto controvertido. Por uma parte, se argumenta que se o trabalho não remunerado das mulheres não for incluído no PIB permanecerá invisível e não será valorizado; outros mais extremistas afirmam que a identificação do trabalho doméstico como trabalho assalariado torna possível o reconhecimento de uma parte desta atividade, mas também contribui para que outro conjunto de tarefas que as mulheres realizam no lar permaneça invisível, em particular aquelas que não têm substituto de mercado (Himmelweit, 1995), além do que enfatizar tanto o valor do trabalho doméstico pode levar a enaltecer o papel da dona de casa e prejudicar a luta das mulheres pela igualdade (Bergman, 1996).

Em todo caso, se evidencia a incapacidade conceitual das estatísticas para tratar uma definição aceitável de trabalho e o interesse de uma sociedade patriarcal em manter oculta a atividade das mulheres (Waring, 1988; Beneria, 1988, 1993; Chinchetru, 1997).

Definitivamente, ao não se outorgar um valor de mercado às atividades do lar, o risco é ter estas atividades esquecidas e de que, junto com elas, continuem invisíveis as pessoas que as realizam: as mulheres. Mas também se coloca o problema de como reconhecer o trabalho das mulheres sem necessidade de outorgar um valor de troca a todas as atividades não monetarizadas, já que muitas delas não são compatíveis com a produção mercantil.

40 Carrasco (1998).

41 Bruyn-Hundt (1996), número 19 da revista Política e Sociedade (1995).

24

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

---

---

Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005, gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres representadas na AMB.

Desde que, em 1933, a Comissão Estatística das Nações Unidas incorporou as ?contas satélites?, a discussão sobre a valorização do trabalho doméstico se institucionalizou.<sup>42</sup> O objetivo de uma conta satélite da produção doméstica é proporcionar informação sobre os trabalhos realizados no lar, a produção de bens e serviços para o autoconsumo dos membros do lar e estimar uma valorização de tal atividade. Isto motiva aprofundamento em dois aspectos. Por uma parte, no estudo dos ?trabalhos de cuidados?, que tradicionalmente a economia tinha relegado a uma espécie de limbo porque não sabia muito bem como categorizá-los. A discussão envolve assuntos como a conceituação, o reconhecimento, as políticas sociais e a possível remuneração. Por outra parte, se discute a noção de bem-estar baseada

**unicamente em bens materiais e serviços, e se enfatiza o uso do tempo como determinante de qualidade de vida. Questiona-se que, se o objetivo é tentar medir o bem-estar social, deve-se ter uma visão muito mais realista e global da sociedade, incorporando nas análises, todas as formas de atividades humanas desenvolvidas para tal fim.**

**Para isto, é necessário transcender as categorias que refletem a forma como os homens entram na economia capitalista, desenvolvendo ferramentas mais adequadas para compreender melhor as atividades que implicam cuidados e afetos, que são realizadas especialmente por mulheres e que normalmente têm sido caracterizadas como ?não trabalho?.**

Mercado de trabalho e relações de gênero

A análise da participação das mulheres no mercado de trabalho tem sido objeto de uma grande produção teórica e empírica. Também é importante a situação socioeconômica que as mulheres têm vivido nas últimas décadas: frente a uma crise econômica generalizada (ao menos durante alguns períodos), continua aumentando a participação feminina no mercado de trabalho. De fato, as mulheres são em muitos países o único setor da população que aumenta sua atividade durante a recessão.<sup>43</sup>

A discussão patriarcado/capitalismo já tinha originado as primeiras polêmicas em torno do trabalho assalariado feminino, confrontando-se a ?lógica patriarcal? à ?lógica capitalista?. Há dois dos aspectos destacados neste debate: um é a caracterização das mulheres como exército industrial de reserva nos termos definidos por Marx e o outro, o chamado ?salário familiar?. Com respeito ao primeiro, a caracterização das mulheres estava baseada no reconhecimento de uma elevada elasticidade do trabalho doméstico, o que permitiria ao capital maior flexibilidade na contratação de mão-de-obra feminina. As mulheres seriam utilizadas como mão-de-obra de reserva, passível de incorporar-se ou

42 Varjonen (1998) representa de alguma maneira a versão institucional do problema.

43 Os efeitos da recessão sobre o trabalho das mulheres é um tema controverso. Existem três hipóteses ? visto como amortecedor, como segmentação e como substituição ? dependendo de cada situação particular Rubery (1988).

25

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

-----

---

**Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005,**  
gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres representadas na AMB.

retirar-se do mercado capitalista segundo as necessidades no seu processo de acumulação (Beechey, 1977). As críticas a estas hipóteses foram diversas e não demoraram a chegar.<sup>44</sup> O segundo tema é o denominado ?salário familiar? ? um nível de salário suficiente que permite ao homem manter esposa e filhas(os) ?, que significou uma luta de reivindicação dos sindicatos a partir de 1840. A argumentação a partir da lógica do patriarcado diz que a explicação do ?salário familiar? tem de se ligar à posição das mulheres na família e não pode ser analisada só com categorias marxistas devido à ausência de uma teoria da família em Marx (Beechey, 1978; Hartmann, 1979). Os trabalhadores

masculinos teriam formado uma frente contra a proletarização universal ? mulheres e crianças ? não só porque estes outros setores poderiam constituir uma ?concorrência barata? senão também, e mais importante, porque o trabalho assalariado das mulheres e crianças põe em perigo a autoridade patriarcal do homem no lar. Esta posição também está cheia de pontos controversos. 45

Os diferentes desenvolvimentos analíticos existentes desde a década de 80 se caracterizam ? diferente dos anos anteriores ? por um pluralismo teórico que tem como consequência um avanço considerável na economia feminista. A problemática abordada é muito heterogênea, porém existem algumas reconceitualizações e construções teóricas que marcam os estudos das últimas décadas. Em primeiro lugar, a generalização entre as economistas feministas do uso da categoria ?gênero?. Formulados nos anos 70, tanto ?gênero? como ?patriarcado? foram dois conceitos de rupturas para o movimento. Porém, assim como o patriarcado ? ao menos na perspectiva econômica ? está presente nos discursos desta época, o gênero vive seus maiores êxitos de aplicação a partir dos anos oitenta. O gênero, diferente do sexo, que significa o biológico, representa tudo aquilo que nos homens e mulheres é produto de processos sociais e culturais. Em particular, em economia a introdução do conceito na análise do trabalho das mulheres tem tido consideráveis implicações nas teorias do mercado de trabalho e nos estudos sobre a organização do trabalho.46

**Em segundo lugar, existe um verdadeiro interesse em recolocar categorias tais como produção ou trabalho para eliminar o recorte ideológico que leva a desvalorizar ou não considerar o trabalho das mulheres. Qualquer conceitualização da atividade econômica deve incluir todos os processos de produção de bens e serviços orientados à subsistência e reprodução das pessoas, independentemente das relações sob as quais se produzam (Beneria, 1979, 1988).**

44 O balanço da discussão está em Borderias e Carrasco (1994).

45 Ibidem

46 Bergman (1986), Crompton e Mann (1986), Beneria e Rodan (1987), Beechey e Perkins (1987), Jenson, Hagen e Reddy (1988), Collins e Gimenez (1990).

26

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

-----

---

**Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005,**  
gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres representadas na AMB.

**Em terceiro lugar, como construção teórica relevante, está o conceito de reprodução. Embora a idéia de reprodução apareça já no ?debate? ligada ao papel do trabalho doméstico e à reprodução da força de trabalho, será apenas posteriormente que ocupará um lugar central. A ?reprodução social? pode ser entendida como um processo dinâmico que implica a reprodução biológica e da força de trabalho, a reprodução dos bens de consumo e de produção e a reprodução das relações de produção (Seccombe, 1974; Beneria e Sem, 1982; Beneria, 1979). Por esta perspectiva, a divisão sexual do trabalho adquire uma dimensão diferente: deve ser analisada nas**

suas inter-relações dentro de um sistema em movimento, em contínua transformação. Assim se rechaça o tratamento tradicional da economia que realiza uma separação artificial entre a esfera de produção ? considerada como principal objeto de estudo ? e a de reprodução ? subsidiária ou dependente da anterior. Este novo enfoque atribui o mesmo *status* conceitual àqueles dois sistemas e às atividades que se realizam em cada um deles (Beneria, 1979, 1988; Picchio 1984). A esfera de reprodução, além de ser entendida como parte integral da economia, mantém uma ?autonomia relativa? em relação à esfera da produção, e a família deveria ser considerada como elemento central da análise (Humphries e Rubery, 1984).

Paralelo ao desenvolvimento das novas elaborações teóricas, coloca também a crítica às teorias de mercado de trabalho existentes: ?... a pesquisa feminista colocou alguns problemas fundamentais que afetam as teorias do processo de trabalho e de mercado de trabalho, todos eles relacionados com sua conceitualização da produção e sua omissão sobre o gênero?.<sup>47</sup> Para as teorias da segmentação e do mercado dual, se reconhece um maior poder explicativo que para as teorias neoclássicas do mercado de trabalho, mas outras teorias também são fortemente criticadas pelo feminismo por sua suposta neutralidade sexual.<sup>48</sup> Questiona-se a definição das mulheres como mão-de-obra secundária baseando-se em dados empíricos que contradizem esta afirmação<sup>49</sup> e se questionam as noções de qualificação e desqualificação, que ocupam um lugar central nas análises marxistas depois da obra de Braverman.<sup>50</sup> A noção de qualificação não é exclusivamente técnica, está modelada socialmente e depende basicamente dos esforços masculinos ? canalizados através dos sindicatos ? para

47 Beechey (1990). A citação é da versão castelhana em Borderias et al. (1994:432).

48 Este é um dos temas tratados de forma interdisciplinar. Na discussão participam economistas, sociólogos, historiadoras.

49 Por exemplo, muitos trabalhos realizados por mulheres ? como enfermagem ou ensino ? já contam com um plano de carreira escalonado análogo a outras profissões ?masculinas? e não podem ser qualificados de ?secundários?.

50 Braverman (1974) afirma que a luta pelo controle do processo de trabalho entre capital e trabalho tem levado a um processo de desqualificação da mão-de-obra. Uma causa deste processo teria sido a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho. Tanto esta afirmação como os termos em que define o conceito de desqualificação têm motivado uma forte crítica por parte das mulheres feministas.

27

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

---

**Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005,**  
gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres  
representadas na AMB.

**tentar reservar os critérios de maior qualificação para as tarefas que realizam os homens, excluindo as mulheres dos postos de trabalho mais bem remunerados (Beechey, 1988; Maruani, 1991). Isto tem relação com a diferença entre ?trabalhos masculinos? e ?trabalhos femininos?, isto é, com a segregação dos empregos por sexo como consequência das relações de classe e de gênero.**

A partir de uma perspectiva nitidamente econômica, o enfoque do mercado dual se mostra incapaz para dar resposta à problemática do trabalho das mulheres, por considerar apenas o lado da demanda? nas análises da estruturação do trabalho. Uma alternativa com maior poder explicativo deveria considerar um processo dinâmico a interação entre a demanda de trabalho da esfera da produção e a oferta de trabalho da esfera da reprodução condicionada pelas características dos diferentes grupos sociais (Humphries e Rubery, 1984). Em resumo, a pesquisa feminista destaca problemas fundamentais conectados com as teorias do mercado dual, todos eles relacionados com a conceituação do trabalho e a omissão do gênero. Daí que muitas autoras concluem que são teorias que servem para analisar a experiência trabalhista masculina, mas não a feminina, já que representam um trabalhador industrial masculino.

Ao criticarem a inadequação de várias categorias sobre o trabalho, elaboradas pelas teorias do mercado dual e as teorias marxistas para captar a experiência feminina, os estudos feministas estão colocando em evidência que o mercado de trabalho não é uma entidade sexualmente neutra e que as relações de gênero estão na base da organização do trabalho e da produção. Diversas linhas de pesquisa sobre aspectos específicos se encarregam de corroborar esta hipótese. Dentre elas, se destacam os estudos sobre o trabalho em tempo parcial e a desigualdade de gênero, que mostram que este tipo de emprego se cria, preferencialmente, quando se contrata mulheres e que, por ter alguns aspectos positivos, pode converter-se em gueto feminino e precário (Ber, 1983; Beechy e Perkins, 1987; Rubery, Horrell e Burchell, 1990; Horrell e Rubery, 1991; Plantenga, 1995). O efeito das recessões sobre o trabalho feminino mostra como os diversos países as enfrentam recessões a partir de uma perspectiva diferente? relacionando de maneira específica os sistemas de produção mercantil, público e familiar quanto à posição das mulheres na estrutura social e econômica (Rubery e Wilkinson, 1981), aos problemas relacionados com gênero e tecnologia (Cockburn, 1983, 1986), à segregação ocupacional, ao subemprego, aos mercados internos de trabalho e às diferenças por gênero.<sup>51</sup> Por outro lado, cada vez mais se desenvolve um quadro analítico integrado entre a chamada ?esfera familiar?, ?esfera mercantil? e ?esfera pública?, entendendo que os três âmbitos constituem um único todo social e o estudo da situação

51 Sobre estas temáticas existe uma ampla bibliografia. Vide Crompton e Mann, (1986); Brown e Pechman, (1987); Jenson et al. (1988).

28

Articulação de Mulheres Brasileiras? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

-----

---

Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005, gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres representadas na AMB.

socioeconômica? particularmente das mulheres? deve realizar-se necessariamente a partir desta perspectiva, não sendo possível captar a problemática no mercado de trabalho se não forem levadas em consideração restrições e condições familiares e a



atuação das políticas sociais<sup>52</sup>.

Também existem tentativas para explicar os salários mais baixos das mulheres. Depois de longos debates - iniciados com a discussão sobre o "salário familiar" - e uma quantidade de estudos empíricos, uma das hipóteses afirma que o salário das mulheres depende tanto da posição destas no lar como no mercado de trabalho. Diferente das teorias do patriarcado, que estabelecem que os salários das mulheres podem ser explicados com referência unicamente a seu papel familiar, uma perspectiva socialista-feminista afirma que a explicação deve levar em conta a hipótese de segregação no mercado de trabalho. Assim, os baixos salários serviriam não só para reproduzir os valores patriarcais, mas também teriam um objetivo competitivo. Definitivamente, os níveis salariais femininos estão influenciados tanto pelas características sociais das mulheres, como responsáveis pelo trabalho doméstico, como pelo sistema geral de determinação salarial e de proteção do emprego que prevalece no mercado de trabalho e que em parte depende do poder de negociação dos diversos grupos de trabalhadoras(es) (Rubery, 1978, 1991). <sup>53</sup>

Finalmente, é preciso assinalar os importantes estudos comparativos sobre distintos aspectos da participação feminina no mercado de trabalho, realizados entre os diversos países europeus pela Comissão Europeia para a Igualdade de Oportunidades.<sup>54</sup> Mesmo com um enfoque globalizador,<sup>55</sup> muito têm se aprofundado os estudos sobre as qualificações e o acesso ao emprego das mulheres; os problemas e vantagens das políticas de igualdade de oportunidades; as relações de gênero e os mercados internos de trabalho; as diferenças salariais entre sexos; o trabalho em tempo parcial na Europa e os efeitos das políticas sociais na sua relação com o trabalho e as condições de vida das mulheres.

A falsa neutralidade das políticas econômicas

Embora existam pesquisas anteriores, é nos anos oitenta ? como resultado dos efeitos das políticas de ajuste nos países pobres e as políticas sociais restritivas de Reagan e Thatcher - que se conhece um forte desenvolvimento da tentativa de integrar a dimensão de gênero nos modelos e políticas macroeconômicas.

52 Beneria e Rodan (1987), Beneria (1992), Siltraen (1994) Gardiner(1997).

53 Sobre estes aspectos, ver em particular os estudos realizados pelo "Grupo de Cambridge".

54 Uma boa referência deste trabalho é Humphries e Rubery (1995).

55 A idéia básica está em Rubery (1988).

29

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

---

**Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005,**  
gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres  
representadas na AMB.

Desde então, tem havido um crescente reconhecimento sobre a existência de efeitos diferenciados, sobre mulheres e homens, das políticas de ajuste. No entanto, nos modelos macroeconômicos a ausência de relações de gênero continua sendo a norma. Em todo caso, sob a proteção do discurso econômico dominante, continua a

implementação de políticas sem considerar a distinta experiência e relações de poder entre mulheres e homens.

Muitas medidas de mudança estrutural escondem um 'silêncio conceitual': a incapacidade de reconhecer explícita ou implicitamente que a reestruturação global está tendo lugar num terreno com diferença de gênero (Bakker, 1994, p.1).

A economia feminista tem desenvolvido diversas linhas de pesquisa.<sup>56</sup> A primeira está relacionada com os efeitos específicos sobre a vida e o trabalho das mulheres derivados da aplicação de políticas econômicas de corte neoliberal. As políticas de ajuste levam a uma precarização do mercado de trabalho e a uma drástica redução dos benefícios sociais, o que repercute num incremento do trabalho familiar realizado pelas mulheres. Esta situação se traduz, nos países industrializados, em um endurecimento das condições de vida, particularmente das mulheres, jovens e dos grupos de baixa renda. Nos Estados Unidos cada vez mais se pesquisa sobre a 'feminização da pobreza' que afeta basicamente, porém nem sempre, mulheres de raça negra. Nos países menos industrializados estas pesquisas se generalizam sob a forma de estudos sobre 'gênero e desenvolvimento'. Estes estudos, com ampla bibliografia,<sup>57</sup> colocam manifesto o falso pressuposto de neutralidade que têm os modelos macroeconômicos. O enorme custo dos ajustes estruturais, que afeta uma ampla camada da população, tem viés de classe, gênero e raça. Quanto à dimensão de gênero, as políticas de ajuste modificam as relações entre produtiva e reprodutiva, deslocando-se a esta última uma maior responsabilidade pela sobrevivência familiar, situação agravada pela redefinição do setor público em favor do 'privado'. A invisibilidade da transferência de custos da economia monetarizada à não monetarizada é um elemento significativo da reestruturação e do ajuste (Bakker, 1994). Em geral, o problema é que os programas de estabilização não levam em conta a transferência de custos do mercado à família e que o 'fator de equilíbrio' é a habilidade das mulheres para desenvolver estratégias que permitam a sobrevivência da família com menos rendimentos e mais trabalho (Beneria, 1995).

Um segundo campo de pesquisa guarda relação com os modelos macroeconômicos basicamente de corte keynesiano. São criticados por ser 'cegos ao sexo' ignorando totalmente o trabalho doméstico e de manutenção realizado no lar e sua relação com o desenvolvimento humano, a qualidade da força de trabalho, a

56 Bakker (1994).

57 Joeques (1987), Beneria e Roldan (1987), Tinker (1990), Pearson (1992) e Élson (1995). Em particular, vol 23, n° 11, 1995, do *World Development*. É um número monográfico dedicado a 'gênero e macroeconomia'.

30

Articulação de Mulheres Brasileiras ' uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente n° 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

---

---

Artigo publicado na *Revista Proposta, Fase*, n° 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005, gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres representadas na AMB.

atividade econômica e o produto nacional. Oferecem uma visão parcial e distorcida da realidade que não colabora na elaboração e implementação de políticas mais neutras e

redistributivas. Isto se relaciona com as discussões em torno do bem-estar e qualidade de vida. Acontece, por exemplo, que em situações econômicas difíceis ? aumento do desemprego, diminuição dos serviços públicos ? aumenta a produção doméstica e as mulheres tendem a desenvolver várias atividades simultaneamente (sejam ou não mercantis) e a intensificar seu tempo de trabalho. Isto contribui para o bem-estar familiar, embora diminua seriamente o bem-estar das mulheres. A análise destas situações deveria ser levada em conta quando da adoção das políticas macroeconômicas (Beneria, 1992; Floro, 1995b).

Uma terceira linha de pesquisa tem a ver, como afirma Bakker (1994), com a conceituação dos mercados na economia convencional. A crítica argumenta que os mercados, numa relação de gênero, são instituições com relações de poder assimétricas.

Portanto, qualquer mecanismo que exclua uma parte da população ou diminua seus benefícios por efeito destas relações, deveria implementar estratégias específicas destinadas a compensar seus efeitos. A este respeito é paradigmática a situação reiteradamente denunciada nos países europeus industrializados em relação ao viés de gênero que manifesta o funcionamento dos estados de bem-estar. O efeito resultante da relação mais débil das mulheres com o mercado de trabalho e o acesso fundamentalmente por via contributiva às prestações sociais, em particular as transferências monetárias, são uma cidadania social de menor categoria para as mulheres. A articulação de políticas mais adequadas poderia colaborar na construção de uma sociedade e um estado de bem-estar mais igualitário. (McLaughlin, 1995). Tudo exposto até aqui é conseqüência de não se considerar, por um lado, o fato de que os mercados operam sem reconhecer que o trabalho não monetarizado de reprodução e de manutenção da vida contribui para a realização das relações de mercado, mas ainda, que na ausência deste trabalho, o mercado de trabalho não poderia funcionar (Élson, 1994), e, por outro lado, que as mulheres não participam do mercado com os mesmos recursos, condições e mobilidade que os homens, devido à distinta valorização por sexo no trabalho familiar.

Definitivamente, o que se pretende desde a economia feminista, em sua crítica à macroeconomia e à concepção das políticas econômicas, é desenvolver perspectivas que considerem as relações de gênero tanto na elaboração de estruturas conceituais e modelos formais como na pesquisa empírica estatística de países específicos, estudos comparativos entre eles ou em diagnósticos de problemas macroeconômicos e a formulação das correspondentes políticas para tentar dar-lhes solução (Catagay et al., 1995).

Crítica metodológica e novas perspectivas de análise: a falácia do ?homo economicus?

31

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

---

---

Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005, gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres representadas na AMB.

**Finalmente, uma área de estudo que tem estado presente na economia feminista nas últimas décadas e que se articula com a releitura do pensamento econômico tem a ver com aspectos metodológicos da disciplina.<sup>58</sup> Questiona-se a lógica e a consistência dos pressupostos, se discute a neutralidade das categorias e enfoques utilizados acusando-os de parciais e com forte componente ideológico de gênero, avançando assim no desenvolvimento de novas aproximações teóricas mais globais e integradoras.<sup>59</sup>**

**A crítica se dirige tanto à escola neoclássica como à marxista, embora a primeira ? por ser a escola dominante tanto na academia como entre os que ditam as políticas econômicas ? tem concentrado maior interesse. Em relação ao comportamento das pessoas, em ambas as tradições assume-se que o interesse individual motiva as decisões dos homens no mercado capitalista, entretanto, não é o que motiva a homens e mulheres na esfera privada do lar. Dois pressupostos teóricos confirmam esta afirmação: na tradição neoclássica, a existência de uma função de utilidade conjunta no lar oculta as possibilidades de conflito entre os membros da família; na tradição marxista, o pressuposto de que o interesse de classe é prioritário e determinante oculta as possibilidades de conflito entre pessoas de uma mesma classe social (Folbre e Hartmann, 1988). Desta maneira, em ambos os casos, a família é idealizada como a instituição sem conflitos e, portanto, o comportamento egoísta e individualista teria estritos limites mercantis.**

**Na base dos modelos econômicos da escola neoclássica está o indivíduo racional, autônomo e egoísta que se maximiza individualmente face às restrições externas. Este personagem, identificado como ?homo economicus?, assemelha-se ?a um fungo?,<sup>60</sup> cresce totalmente formado e com suas preferências desenvolvidas. Como nas histórias de Robinson Crusoe, não tem infância, nem velhice, não depende de ninguém, nem é responsável de ninguém, só de si mesmo. O meio não o afeta, participa na sociedade sem que esta o influencie: atua num mercado ideal onde os preços são sua única maneira de comunicação, sem manifestar relações emocionais com outras pessoas (England, 1993; Nelson, 1993, 1995). No entanto, a Nova Economia da Família pressupõe um comportamento distinto na família. O egoísmo está reservado a alguns membros jovens, já que os adultos com poder (chefe de família) supostamente são altruístas. Assim a ?família altruísta? não só serve para legitimar as desigualdades entre mulheres e homens, mas também para justificar que**

58 Embora de fato em toda a temática tratada surjam críticas metodológicas, neste capítulo se tratam especificamente questões mais relacionadas com marcos analíticos.

59 A este respeito tem sido importante a presença da revista *Feminist Economics*. Outras compilações Ferber e

Nelson (1993), Humphries (1995) e Kuiper e Sap (1995).

60 Nelson (1993:292). Esta ?comparação?, utilizada por Nelson e outras autoras, esta baseada na sugestão de Thomas Hobbes de considerar os homens como fungos surgidos da terra, que de repente chegam à maturidade sem nenhum tipo de inter-relações entre eles.

Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005, gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres representadas na AMB.

este pressuposto não pode ser usado no mercado. Desta maneira, se reforça o dualismo conceitual entre o mercado ? onde se pressupõe que todos atuam procurando seu próprio interesse ? e a família ideal ? onde reinam a harmonia e as regras altruístas. O resultado é que os conflitos e a desigualdade entre os distintos membros familiares permanecem ocultos (Folbe e Hartmann, 1988; England, 1993; Nelson, 1995; Hopkins, 1995).

A alternativa ao ?homo economicus? é pensar de maneira mais realista: não somos ?fungos? que saímos da terra. Nascemos de mulheres, somos cuidadas(os) e alimentadas(os) na infância, socializadas(os) na família e grupos comunitários e a norma é que somos interdependentes ao longo da vida. Assim, os modelos, sob os pressupostos do ?homo economicus?, são incapazes de incorporar as idéias de responsabilidade ou dependência, necessárias para compreender muitos comportamentos e, para isso, é necessário desenvolver novos esquemas conceituais que integrem pressupostos tanto de individualidade como de inter-relação influenciados ambos pelo meio social.

Por sua parte, a tradição marxista se mostra insuficiente na análise dos comportamentos das pessoas: o estudo dos fenômenos em termos de grupos em conflitos sem referência às intenções ou percepções dos indivíduos particulares conduz a que os comportamentos apareçam rigidamente determinados pela estrutura social, com pouca capacidade de opção pessoal (Seiz, 1991). Assim, o pensamento marxista, diferente da escola neoclássica, não se baseia no pressuposto do agente racional egoísta, no entanto, utiliza a retórica da solidariedade de classe com o qual ressalta a exploração no lar. Os ?interesses de classe? trabalhados pelos marxistas têm estado tradicionalmente definidos como os interesses dos homens da classe trabalhadora presumindo que o resto dos membros da família compartilhe os mesmos interesses do ?homem chefe de família? (provedor monetário). Isto tende a minimizar qualquer conflito potencial entre mulheres e homens, seja na casa ou no trabalho assalariado. Desta maneira, a retórica dos interesses de classe elimina a possibilidade de que existam interesses de gênero. De fato, as discussões de anos anteriores ? ?debate?, as críticas às teorias da segmentação, a discussão do salário familiar, o conceito de qualificação etc. ? já tinham manifestado esta limitação das teses marxistas. Definitivamente, a partir do feminismo ambos os paradigmas são criticados por idealizar a família e por não permitir as análises das diferenças de gênero. Coloca-se a necessidade de eliminar o viés androcêntrico em economia para poder desenvolver teorias mais globais que integrem comportamentos mais próximos à realidade e evitar as concepções duais para análises das atividades de mulheres e homens. A insatisfação com os paradigmas incentiva a preocupação com a elaboração de novas propostas teóricas e metodológicas que permitam uma análise mais realista do funcionamento social e econômico. Assinalamos duas que, ao nosso ver, são relevantes: uma dentro do campo da microeconomia e outra relacionada com um

33

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

---

---

Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005, gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres representadas na AMB.

**enfoque global, mais macroeconômico. Nos dois casos, se trata de desenvolvimentos incipientes e não de teorias acabadas.**

A primeira proposta utiliza os modelos de negociação para analisar a situação das pessoas na família e no trabalho assalariado (Sen, 1990). Aqui a família se define como uma instituição de ?conflito cooperativo?. Por um lado, os cônjuges cooperam para aumentar as possibilidades de consumo do qual ambos são favorecidos, mas, por outro, se estabelece um conflito ao ter que se decidir entre as diversas possibilidades de distribuição de tarefas e de consumo. A negociação ? que pode ser implícita ou explícita ? tem a ver com a forma pela qual cada um dos cônjuges utiliza o tempo e com os ganhos de consumo em que se traduz, para cada um deles, a cooperação. A idéia básica consiste em que durante o relacionamento, o cônjuge, que levaria menos prejuízo com uma possível separação, tenha mais condições de obter uma negociação favorável em termos de consumo e distribuição dos trabalhos. Desta maneira, os modelos de negociação abrangem ambos os aspectos: os cooperativos, próprios da teoria neoclássica e os conflitivos, enfatizados pelas(os) marxistas. Mesmo que a formulação de Sen não discuta as relações de gênero, estas foram posteriormente incorporadas na análise por mulheres economistas que utilizam a mesma estrutura a partir de uma perspectiva feminista.<sup>61</sup>

A segunda linha de estudo tem a ver com o desenvolvimento de um enfoque global integrador que elimine os dualismos tradicionais em economia. Responde à ausência de um quadro analítico capaz de especificar a relação produção-reprodução que caracteriza o sistema capitalista, em que ?a verdadeira missão do trabalho doméstico, ao contrário da produção de mercadorias, é o bem-estar das pessoas e este deveria ser o interesse fundamental a ser conseguido, porém deve ser tratado como problema social e não como uma ?questão privada das mulheres? (Picchio, 1992b e 1996; Folbre, 1994). Trata-se, portanto, não somente de analisar conjuntamente a relação família/mercado de trabalho/políticas públicas, como também ? e especialmente ? considerar como centro da análise o processo de reprodução social. Significa abandonar ?o mercado? como eixo do sistema socioeconômico e colocar no seu lugar o âmbito familiar desde onde se organiza o processo de reprodução em torno do qual se articulam os demais processos (Picchio, 1992a, 1992b, 1996). Este enfoque é totalmente oposto à tradição neoclássica que subordina a organização familiar à eficiência do mercado e aceita como ótima solução, para o problema de conciliação entre produção e reprodução, que as mulheres assumam o trabalho que supõe a responsabilidade da privatização do processo de reprodução social.

61 Folbre (1984) utiliza um modelo de negociação para analisar a relação entre as oportunidades salariais das mulheres nos países industrializados e as taxas de fecundidade. Hartmann (1981) usa a idéia de negociação para mostrar que o maior nível educativo das mulheres e suas melhores oportunidades de trabalho podem explicar o incremento dos divórcios nos Estados Unidos.

**Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005, gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres representadas na AMB.**

**Definitivamente, estes enfoques não só tentam dar a mesma importância teórica a ambas as esferas, mas também afirmam uma ruptura com as aproximações tradicionais: abandonam o mercado como eixo central de toda a atividade econômico-social e o substituem pela esfera de reprodução (Borderia e Carrasco, 1994) p.82).**

???

**O conjunto de idéias e discussões que acabamos de resumir mostra o estágio do debate de um processo que está em curso. O objetivo é claro: pretende-se reconceitualizar aquelas categorias nada neutras com as quais se tem definido, medido e estudado a economia e desenvolver novas perspectivas e novas formas de ver o mundo social e econômico que permitam tornar visível o que tradicionalmente a disciplina mantém como oculto ? o trabalho familiar doméstico e suas relações com o que se constitui seu objeto de estudo, a produção e a troca mercantil. Falta ainda um longo caminho a ser percorrido. E é nele que estamos.**

#### Referências Bibliográficas

- ALONSO, L. E., ?Sobre el estatuto teórico del traje doméstico en la economía política marxista?, *Nuevas perspectivas sobre la mujer*, Universidad Autónoma de Madrid, 1982.**
- ANDERSON, M., F. BECHHOFFER y J. GERSHUNY, *The Social and Political Economy of the Household*, Oxford University Press, 1994.**
- AMOTT, T., *Caught in the Crisis*, Monthly Review Press, New York, 1993.**
- BAKKER, I., *The Strategic Silence. Gender and Economic Policy*, Zed Books, London, 1994.**
- BECKER. G. S., *A Treatise on the Family*. Harvard University Press, 1981.**
- BEECHY, V., ?Some notes on female wage labour in capitalist production?, *Capital and Class*, 3, 1977.**
- \_\_\_\_\_. ?Women and Production: a critical analysis of some sociological theories of women?s work?, Kuhn y Wolpe (ed.) *Feminism and Materialism*, Routledge and Kegan, 1978.**
- \_\_\_\_\_. ?On patriarchy?, *Feminism Review*, 3, 1979.**
- \_\_\_\_\_. *Unequal Work*, Verso, London, 1987.**
- \_\_\_\_\_. ?Rethinking the Definition of Work? en Jenson, Hagen y Reddy (ed.), 1988.**
- BEECHY, V. y T. PERKINS. *A Matter of Hours*, Polity Press, Cambridge, 1987.**
- BENERÍA, L. ? Reproduction, Production and the Sexual Division of Labor?, *Cambridge Journal of Economics*, vol. 3 (3), 1979.**

---

Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005, gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres representadas na AMB.

\_\_\_\_\_. ¿Patriarcado o sistema económico? Una discusión sobre dualismos metodológicos?, *Mujeres: ciencia y práctica política*. Seminario de la Universidad Complutense. Madrid, 1987.

\_\_\_\_\_. ¿Conceptualizing the Labour Force: the Underestimation of Women's Economic Actives?, Pahl (ed.) *On Work*. Basil Blackwell, 1988.

\_\_\_\_\_. ¿Accounting for Women's Work: The Progress of Two Decades?, *World Development*, vol. 20 (11), 1992.

\_\_\_\_\_. Toward a Greater Integration of Gender in Economics?, *World Development*, vol. 23 (11), 1995.

BENERÍA, L. y G. SEN. ¿Desigualdades de clase y de género y el rol de la mujer en el desarrollo económico: implicaciones teóricas y prácticas?, *Mientras Tanto*, 15, 1983.

BENERÍA, L. y M. ROLDÁN. *The Crossroads of Class and Gender*, The University of Chicago Press, Chicago, 1987.

BENSTON, M. ¿The Political Economy of Women's Liberation?, *Month Review*, 21, 4, 1969.

BERG, A. ¿Part-Time Employment: A Response to Economic Crisis?? *5th Conference of the International Working Party on Labor Market Segmentation*, Francia, 1983.

BERGMANN, B. *The Economic Emergence of Women*, Basic Books, EE UU, 1986.

\_\_\_\_\_. ¿Housework?, Presented in Femecon, 1994.

BETTIO, F. ¿Segregazione e debolezza. Ipotesi alternative nell'analisi Del mercato Del lavoro?, *Quaderni di Reti*, 1, enero-febrero, 1988.

BODICHON, B. *Woman and Work*, C. S. Francis, New York, 1859.

BORDERÍAS, C. y C. CARRASCO. ¿Las mujeres y el trabajo: aproximaciones históricas, sociológicas y económicas?, *Borderías et. al.*, 1994.

BORDERÍAS, C., C. CARRASCO C. Y C. ALEMANY. *Las mujeres y el trabajo*, Fuhem-Icaria, Madrid, 1994.

BRAVERMAN, H., *Labor and Monopoly Capital*, Monthly Review Press, New York, 1974.

BRIAR, C. *Working for Women? Gendered Work and Welfare Policies in Twentieth-Century Britain*, UCL Press, London, 1997.

BROWN, C. Y J. PECHMAN, *Gender in the Workplace*, The Brookings Institution, Washington D. C., 1987.

BRUYN-HUNDT, M. *The Economics of Unpaid Work*, Thesis Publishers, Amsterdam, 1996.

36

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

---



Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005, gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres representadas na AMB.

- BRYCESON, D. y U. VUORELA, ?Outside the Domestic Labor Debate: Towards a Theory of Modes of Human Reproduction?, *The Review of Radical Political Economics*, vol. 16, 1984.
- CAGATAY, N. Y S. OZLER, S. ?Feminization of the Labor Force: The Effects of Long-Term Development and Structural Adjustment?, *World Development*, vol. 23, 11, 1995.
- CARRASCO, C. *El trabajo doméstico. Un análisis económico*, Ministerio del Trabajo y Seguridad Social, Madrid, 1991.
- \_\_\_\_\_. ? Un mundo también para nosostras?, *Mientras Tanto*, 60, 1995.
- \_\_\_\_\_. ?Género y valoración social: la discusión sobre la cuantificación del trabajo de las mujeres?, *Mientras Tanto*, 71, 1998.
- CES, La situación de la mujer en la realidad socio laboral española, Consejo Económico y Social, Informe 3,1994.
- \_\_\_\_\_. *El trabajo a tiempo parcial*, Consejo Económico y Social, Informe 4, 1996.
- CONCHBURN, C. *Brothers: Male Dominance and Technological Chance*, Pluto Press, London, 1983.
- \_\_\_\_\_. ?The Relations of Technology, What Implications for Theories of Sex and Class??. en Crompton y Mann, 1986.
- COLLINS, J. Y M. GIMÉNEZ. *Work Without Wages*, State University of New York Press, New York, 1990.
- CROMPTON, R. Y M. MANN (ed.). *Gender and Stratification*, Polity Press, Cambridge, 1986.
- CHINCHETRU, F. ?El trabajo doméstico no monetarizado: por una nueva metodología de la ciencia económica sobre el trabajo?, *Economiaz*, 39, 1997.
- DALLA COSTA, M. R. (1972). *Las mujeres y la subversión de la comunidad*, Madrid, Siglo XXI, 1975.
- DEL RE, A. ?Tiempo del trabajo asalariado y tiempo del trabajo de reproducción?, *Política y sociedad*, 19, 1995.
- DELPHY, C. (1970). ?El enemigo principal?, Delphy, *Por un feminismo materialista*, Barcelona, La Sal, 1982.
- DIMAND, M., R. DIMAND y E. FORGET. *Women of Value: Feminist Essays on the History of Women in Economics*, Edward Elgar, Londres, 1995.
- DURÁN, M. A. *De puertas adentro*, Instituto de la Mujer, Madrid, 1988.
- \_\_\_\_\_. ?La investigación sobre uso del tiempo en España: algunas reflexiones metodológicas?, *Revista Internacional de Sociología*, CSIC, 18, 1997.
- ELSON, D. ?Gender Awareness in Modeling Structural Adjustment?, *World Development*, vol. 23, 11, 1995.

37

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

---

Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005, gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres representadas na AMB.

- ENGLAND, P. ?The Separative self: Androcentric Bias in Neoclassical Assumptions?, Feber y Nelson (ed.) 1993.
- FAWCETT, M. ? Equal Pay for Equal Work?, *Economic Journal*, 28, marzo, 1918.
- FEBER, M. y J. NELSON. *Beyond Economic Man*, The University of Chicago Press, Chicago, 1993.
- FIRESTONE, S. (1973). *La dialéctica del sexo*, Kairos, Barcelona, 1976.
- FLORO, M. S. ?Women?s Well-Being, Poverty, and Work Intensity?, *Feminism Economics*, 1(3), 1995 a.
- \_\_\_\_\_. ?Economic Restructing, Gender and the Allocation of Time?, *World Development*, vol. 23, 11, 1995 b.
- FOLBRE, N. ?Household Production in the Philippines: A Neoclassical Approach?, *Economic development and Cultural Change*, vol. 32, 1984.
- \_\_\_\_\_. ?The Unproductive Housewife: Her Evolution in Nineteenth-Century Economic Thought?, *Sings: Journal of Women in Culture and Society*, 16(3), 1991.
- \_\_\_\_\_. *Who Pays for the Kids?* Roudledge. London and New York, 1994.
- FOLBRE, N. y M. ABEL. ?Women?s Workand Women?s Household: Gender Bias in the U.S. Census?, *Social Research*, vol. 56, 3, 1989.
- FOLBRE, N. y H. HARTMANN. ?The rethoric of self-interest: Ideology and gender in economic theory?, Kalmer, McCloskey, Solow (ed.) *The Consequences of Economic Rhetoric*. Cambridge University Press. Cambrige, 1988.
- GARDINER, J. ?Women?s Domestic Domestic Labour?. *New Left Review*, 89, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Gender, Care and Economics*, MacMillan, London, 1997.
- GERSHUNY, J. y S. JONES. *Time Use in Seven Countries*, Dublín, European Foundation, 1987.
- GILMAN, Ch. P. (1898). *Women and Economics*, Harper and Row, New York (1962).
- GOLDSCHMIDT-CLERMONT, L. ?La valoración monetaria del trabajo no remunerado?, *Política y sociedad*, 19, 1995.
- HAKIM, C. *Key Issues in Women?s Work*, Athlone Press Ltd., London, 1996.
- HARRISON, J. ?The Political Economy of Housework?, *Bulletin of the Conference of Socialist Economics*, London, 1973.
- HARTMANN, H. ?The unhappy marriage of Marxism and Feminism: towards a more progressive union?, *Capital and Class*, 8, 1979.
- \_\_\_\_\_. ?The Family as the Locus of Gender, Class and Political Struggle: The Example of Housework?, *Signs: journal of Women in Culture and Society*, 6(3), 1981.
- HIMMELWEIT, S., ?The Real Dualism of sex and Class?, *Review of Radical Political Economics*, vol. 16(1), 1984.

38

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

---

Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005, gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres

representadas na AMB.

- \_\_\_\_\_. ?The Discovery of ?Unpaid Work??: The Social Consequences of the Expansion of ?Work?, *Feminist Economics*, 1(2), 1995.
- HOPKINS, B. ?Women and Children Last?, Kuiper y Sap, 1995.
- HORRELL, S. y G. RUBERY. ?Gender and Working Time: an Analysis of Employers Working-Time Policies?, *Cambridge Journal of Economics*, vol. 15,1991.
- HUMPHRIES, J. *Gender and Economics*, Edward Elgar, London, 1995.
- HUMPHRIES, J y J. RUBERY. ?The Reconstitution of the Supply Side of the Labour Market: the Relative Autonomy of Social Reproduction?, *Cambridge Journal of Economics*, vol. 8, 1984.
- \_\_\_\_\_. *The Economics of Equal Opportunities*, Equal Opportunities Commission, Manchester, 1995.
- JENSON, J., E. HAGEN, y C. REDDY, *Feminization of the Labour Force*, Polity press, Cambridge, 1988.
- JOEKES, S. *Women in the World Economy*, Oxford University Press, New York, 1987.
- KUIPER, E y J. SAP. ?Introduction? a Kuiper y Sap (ed.), *Out of the Margin, Feminist Perspectives on Economics*, Routledge, London and New York, 1996.
- MADDEN, J. ?The development of economic thought on the ?Women Problem?, *The Review of Radical Political Economics*, vol. 4, 3, 1972.
- MARUANI, M. ? La construcción social de las diferencias de sexo en el mercado de trabajo?, *Revista de Economía y Sociología del Trabajo*, 13-14, 1991.
- McLAUGHLIN, E. ?Gender and Egalitarianism in the British Welfare State? en Humphries y Rubery, 1995.
- MILKMAN, R. ?Women?s work and the Economic Crisis: Some Lessons of the Great Depression?, *Review of Radical Political Economy*, vol. 8 (1), 1976.
- MILLET, K. (1969). *Política sexual*, Madrid, Aguilar, 1975.
- MITCHELL, J. ?Women: The Longest Revolution?, *New Left Review*, 40, 1966.
- MOLTÓ, M. L. ?Las mujeres en el proceso de modernización de la economía española? en Rubery, 1993.
- MOLYNEUX, M. ?Beyond the Domestic Labour Debate?, *New Left Review*, 116, 1979.
- NELSON, J. ?Gender, Metaphor and the Definition of Economics?, *Economics and Philosophy*, 8(1), 1992.
- \_\_\_\_\_. ?Gender and Economic Ideologies?, *Review of Social Economy*, 34, 1993.
- \_\_\_\_\_. ?Feminism and Economics?, *Journal of Economic Perspectives*, vol. 9(2), 1995.

39

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

---

---

Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005,  
gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres  
representadas na AMB.

PEARSON, R. ?Gender matters in development? en Allan y Thomas (eds.) *Poverty and Development in the 1990's*, Oxford University Press, 1992.

PÉREZ-FUENTES, P. ?El trabajo de las mujeres en la España de los siglos XIX y XX. Consideraciones metodológicas?, *Arenal*, vol. 2, 2, 1995.

PICCHIO DEL MERCATO, A. ?Social Reproduction and the Basic Structure of the Labour Market? en Wilkinson (ed.), *The Dynamics of Labor Market Segmentation*, Academic Press, New York, 1981.

\_\_\_\_\_. *Social Reproduction: the Political Economy of the Labour Market*, Cambridge, 1992 a.

\_\_\_\_\_. El trabajo de reproducción, tema central en el análisis del mercado laboral? *Borderías et. al*, 1992 b.

\_\_\_\_\_. ?The Analytical and Political Visibility of the Work of Social Reproduction?, *Background Papers, Human Development Report 1995*, UNDP, EE UU, 1996.

PLANTENGA, J. ?Part-time Work and Equal Opportunities: the Case of The Netherlands? en Humphries y Rubery, 1995.

PNUD, *Informe sobre desarrollo humano 1995*, Harla S. A. De C. V., México, 1995.

PUJOL, M. *Feminism and Anti-Feminism in Early Economic Thought*, Edward Elgar, London, 1992.

\_\_\_\_\_. ?Into the Margin!?, Kuiper y Sap, 1995.

REID, M. *Economics of Household Production*, John Wiley, New York, 1934.

RUBERY, J. ?Structured Labour Markets, Worker Organisation and Low Pay?, *Cambridge Journal of Economics*, vol. 2, 1978.

\_\_\_\_\_. (1988) (comp.) *Las mujeres y la recesión*, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, Madrid, 1993.

\_\_\_\_\_. ?Pay, Gender and European Harmonisation: Some ?Societal Effects?, *The Determination of the Gender Pay Differential*, Manchester School of Management Unist, junio, 1991.

RUBERY, J., S. HORRELL y B. BURCHELL, ?Part-time Work and the Gender Inequality in the Labour Market?, *XII Annual Conference of the International Working Party on Labour Market Segmentation*, Univ. Trento, 1990.

RUBERY, J. y R. TARLING. ?Women in the Recession?, *Socialist Economic Review*, Merlin, London, 1982.

RUBERY, J. y F. WILKINSON. ?Outwork and Segmented Labour Markets?, F. Wilkinson, *The Dynamics of Labour Market Segmentation*, Academic Press, London, 1981.

SECCOMBE, W., ?The Housewife and her Labour under Capitalism?, *New Left Review*, 83, 1974.

40

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
 Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

-----

---

Artigo publicado na Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005, gentilmente cedido pela Fase para circulação nos fóruns, núcleos, redes e articulações de mulheres representadas na AMB.

SEIZ, J. ?The Bargaining Approach and Feminist Methodology?. *Review of Radical*

*Political Economics*, vol. 23 (1 y 2), 1991.  
SEN, A. ?Gender and Cooperative Conflicts?, Tinker (ed.), 1990.  
SILTANEN, J. *Locating gender. Occupational segregation, wages and domestic responsibilities*, UCL Press, London, 1994.  
SMITH, P. ?Domestic Labour and Marx?s Theory of Value? en *Feminism and Materialism*, Kuhnly Wolpe, Routledge and Kegan Paul, London, 1978.  
SZALAI, A. *The Use of Time*, Mouton, The Hauge-Paris, 1972.  
TILLY, L. y J. SCOTT. *Women, Work and Family*, Roudledge, London, 1987.  
TINKER, I. *Persistent Inequalities: Women and World Development*. Oxford University Press, New York, 1990.  
VARJONEN, J. *Metodología para una cuenta satélite de producción doméstica*, EUSTAT, 38, 1998.  
VOGEL, L. *Woman questions. Essays for a Materialist Feminism*, Pluto Press, London, 1966.  
WARING, M. *If Women Counted*. Harper and Row, Publishers, New York, 1998.  
WOOLEY, F. ?The Feminist Challenge to Neoclassical Economics?, *Cambridge Journal of Economics*, 17(4), diciembre, 1993.  
YANZ, L. y D. SMITH, ?Women as a Reserve Army of Labour: A Critique?, *The Review of Radical Political Economics*, vol. 15, primavera 1983.

41

Articulação de Mulheres Brasileiras ? uma articulação feminista anti-racista  
Articulando Eletronicamente nº 126, de 07 de julho de 2005, anexo da seção CONtextos.

---

---

Fonte: [http://www.mds.gov.br/suas/revisoes\\_bpc/biblioteca-virtual-do-beneficio-de-prestacao-continuada-da-assistencia](http://www.mds.gov.br/suas/revisoes_bpc/biblioteca-virtual-do-beneficio-de-prestacao-continuada-da-assistencia)